

A relação entre autopercepção e a atuação do policial penal na ressocialização do encarcerado

Cibele Silva Rosa¹, Alex Sandro Gomes², Paula Toledo Palomino³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre autopercepção e a atuação do policial penal na ressocialização do encarcerado. Para isso, foram realizadas entrevistas abertas com policiais penais, além da adoção da análise temática na pesquisa qualitativa para gerar conhecimento sobre a relação entre a autopercepção e a atuação do policial penal. Os resultados obtidos detectaram a insatisfação do policial penal com o Estado e a sociedade. Por fim, há indícios de que a autopercepção e a atuação do policial penal têm relação direta com a ressocialização do encarcerado, uma vez que evidências mostram um elo entre o policial penal e o encarcerado.

Abstract

This work aims to evaluate the relationship between self-perception and the role of the criminal police in the re-socialization of the prisoner. For this, open interviews were conducted with criminal police officers, in addition to the adoption of thematic analysis in qualitative research to generate knowledge about the relationship between self-perception and the performance of the criminal police. The results obtained detected the dissatisfaction of the criminal police with the State and society. Finally, there is evidence that the criminal police's self-perception and performance are directly related to the re-socialization of the prisoner, since evidence shows a link between the criminal police and the prisoner.

¹Pós-Graduando(a) em Computação Aplicada à Educação, USP, cibelesilva@usp.br.

²Orientador, Universidade Federal de Pernambuco, asg@cin.ufpe.br.

³Co-Orientadora, Ciências da Computação e Matemática Computacional, USP, paulatpalomino@usp.br.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa teve início com foco na ressocialização do jovem encarcerado. Silva et al (2020), então, identificou o perfil dos encarcerados, a maioria jovens, pretos, baixa escolaridade e baixa renda. A escolaridade é um dos fatores que revela a condição de inclusão/exclusão desses indivíduos mesmo antes de entrarem para o sistema prisional.

Durante o processo de pesquisa, o policial penal surgiu como uma figura de extrema importância no contexto prisional e no processo de ressocialização. Uma pesquisa acerca desse profissional, então, foi realizada por Ribeiro (2019), compreendendo seu papel fundamental no processo de execução penal, mas pouco valorizado, invisibilizado e estigmatizado socialmente. Assim, relata que o policial penal, entre outras coisas, vivencia as mazelas do cárcere em função das precárias condições de trabalho nos estabelecimentos penitenciários. O trabalho tem seu ponto de partida traçado - começa-se a imaginar como seria conhecer e compreender esse profissional, quem é ele, o que faz e como faz. Iniciaram-se entrevistas com profissionais de diversos Estados, como atuam, quem são, como encaram suas profissões, até mesmo porque a escolheram, e hoje atuam como policiais penais.

Um sistema penitenciário repleto de facções criminosas e as questões foram surgindo no sentido da possibilidade da ressocialização. Seria isso possível dentro desse contexto de criminalidades? Ressocializar? Quem? Como?

Segundo Prado e Costa [ca. 2017], o sistema penitenciário mais rico e moderno, equipado com a mais alta tecnologia, não terá a integração social do preso se a modernidade não está na qualidade do pessoal que trabalha no cárcere. Assim, consideramos, para essa pesquisa, entender o policial penal, pois de nada nos serve um projeto educacional ressocializador que seja perfeito no papel, mas impraticável. Deixamos para as próximas pesquisas o aprofundamento de temas como a educação e modalidade à distância entre muitas formas de ressocializar no contexto prisional.

Dessa maneira, partiu-se para captar e compreender quem é e como atua esse profissional, descobrir se é o policial penal o agente transformador da realidade da pessoa privada de liberdade, possibilitando a ressocialização, o acesso à educação, ao trabalho e aos direitos humanos.

1.1 Objetivos

A presente pesquisa buscou identificar a relação entre autopercepção e a atuação do Policial Penal na ressocialização do encarcerado.

1.1.1 Objetivos gerais

O objetivo deste trabalho, enfim, é compreender como o profissional da área penal se vê e como age nos estabelecimentos penais brasileiros, se é possível ressocializar a pessoa privada de liberdade e se o policial penal faz parte desse processo ressocializador.

1.1.2. Objetivos específicos

Identificar a autopercepção do policial penal na ressocialização do encarcerado;
Conhecer a atuação do policial penal na ressocialização do encarcerado;
Compreender a relação entre autopercepção e a atuação do policial penal na ressocialização do encarcerado.

2. A autopercepção e atuação do policial penal que atua na ressocialização do encarcerado

Compreender como o policial penal se enxerga diante à sociedade e como valoriza sua profissão faz toda a diferença no processo de ressocialização. Por exemplo, se este se enxerga como papel fundamental da sociedade, a forma como age e atua na ressocialização do encarcerado pode ser mais eficaz e social. Suas ações podem impactar e decidir o sucesso ou o fracasso do processo da ressocialização do encarcerado, como veremos a seguir.

2.1 Ressocialização do encarcerado

Segundo Souza (2020), o baixo nível educacional das pessoas presas reduz seus atrativos para o mercado de trabalho quando estas saem do sistema prisional. O autor considera que a educação é um caminho para a ressocialização e reinserção social, oferecendo novas possibilidades aos detentos - pelo processo educacional pode haver redução de pena, diminuição de rebeliões no sistema e prevenção à reincidência ao crime. Santos e Estrada (2020) perceberam o interesse dos encarcerados pela educação, não sendo apenas pela remição da pena. Eles identificam a educação como oportunidade, consideram importante a qualificação educacional e profissional no retorno à sociedade, havendo melhora até na autoestima do encarcerado.

Chandani (2020) cita que as pessoas livres e as presas possuem as mesmas necessidades de informação e conhecimento: os encarcerados voltarão à sociedade depois de cumprirem suas penas, precisarão de informação para diversos fins, tanto para lidar com situações na prisão quanto para quando forem libertadas. O ex-encarcerado que não tiver oportunidades na sociedade, provavelmente, voltará a uma vida de crime e retornará ao sistema prisional. Fornecer educação e conhecimento é um meio para driblar isso, uma vez que ajudará a ressocializá-lo e inseri-lo na sociedade, a mesma que o excluiu antes mesmo de sua entrada para o sistema prisional. A partir desses meios, o ex-encarcerado terá maiores possibilidades para uma atividade profissional e mais oportunidades para que não retorne ao mundo do crime e possa exercer sua cidadania, ser legitimado e reconhecido como pessoa pertencente à sociedade.

Segundo Nascimento (2018), os agentes penitenciários tiveram novas atribuições no estado mineiro e passaram a melhor compreender os direitos e as necessidades dos presos, tornando-se mais sensíveis às questões humanas que são os elos fundamentais para a devida ressocialização. O policial penal aparece como figura fundamental nesse processo, dessa maneira, torna-se importante conhecer a atuação dos policiais penais, o facilitador em oferecer educação e contribuir na ressocialização das pessoas presas.

2.1.1 A educação na ressocialização do encarcerado

Para Santos e Estrada (2020), oferecer educação durante o cumprimento da pena, pode ser uma forma preventiva de não regresso ao crime e de continuidade dos estudos, pois a escola não é espaço democrático, acolhedor e atrativo para a pessoa em liberdade após cumprimento de sua pena. Infelizmente, é o mundo do crime que os acolhe e que é democrático. A autora considera que há descaso por parte do governo, havendo inércia na garantia dos direitos sociais, há uma previsão para o ano de 2075, onde um em cada 10 brasileiros estarão encarcerados.

Segundo Araújo et al (2020), a educação oferece à pessoa presa possibilidades para o exercício de cidadania e uma forma humanizada de cumprimento da pena. Sua pesquisa explorou a EaD (Ensino à Distância) para pessoas privadas de liberdade, um grupo de 9 alunos aprovados ingressaram no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. No fim do primeiro semestre, verificou-se elevado rendimento da maior parte dos alunos. Melgaré (2010) apud Araújo et al (2020), entende que a EaD pode cumprir um papel importante no processo educativo da pessoa privada de liberdade. Para Araújo et al (2020) a EaD, é a modalidade que mais se adequa para as pessoas privadas de liberdade, podendo minimizar as dificuldades encontradas no ensino presencial.

Souza (2020) identificou em sua pesquisa que os detentos mostraram-se animados com o processo educacional durante o cumprimento da pena, defendendo a educação como forma de ressocialização e reinserção social, possibilitando a redução da pena, diminuição de rebeliões no sistema prisional e prevenção à reincidência ao crime e por outro lado, os professores perceberam a possibilidade de contribuir e agregar para uma sociedade mais justa e menos excludente. Apesar disso, a pesquisa de Souza (2020) que tinha o objetivo de ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no sistema penitenciário, ficou inviabilizada devido à falta de informações e cooperação por parte da instituição prisional.

Souza (2020) relata sobre um sistema de regras internas desconhecido pelos educadores e que podem existir intenções por parte dos detentos, tais como interceptação, fuga ou rebeliões devendo-se considerar a individualidade dos discentes/detentos e o seu grau de periculosidade, podendo a EaD ser uma solução para essa questão.

O que reforça que além de um projeto com equipamentos, tecnologias e professores preparados, há a necessidade de apoio e participação dos profissionais do sistema prisional. Dessa maneira seguimos reforçando a necessidade de se considerar a atuação do policial penal, para se levar educação no contexto da ressocialização, sem a ação conjunta desse profissional nenhum esforço trará resultado.

2.2 A atuação dos policiais penais

Para Moraes (2013), pouco tem sido pesquisado sobre o policial penal, apesar desses serem peças fundamentais no contexto prisional. Há décadas o agente tem sua identidade profissional subestimada e desvalorizada, uma imagem distorcida, depreciada e estigmatizada perante a sociedade: a figura do agente ficou atrelada ao carrasco medieval e ao corrupto.

Segundo Goffman (1980) apud Moraes (2013), para a sociedade, o agente e os detentos são semelhantes. O Estado passou muito tempo omissivo, oferecendo baixa remuneração, nenhuma motivação ou valorização do profissional, além de leis que demoram a defender os direitos da categoria. Segundo Mendes [ca. 2019], tornou-se impossível exercer qualquer função relacionada à segurança pública ou prisional sem possuir o poder de polícia. Em muitas regiões, o ambiente carcerário foi afetado por uma população carcerária organizada pelas facções criminosas, exigindo cada vez mais profissionais preparados e equipados.

Segundo Ribeiro (2019), um aspecto importante relacionado ao agente é a prisionalização, que é o processo de adaptação quando o agente ingressa na cadeia, fenômeno no qual o agente está, como o preso, privado de liberdade e privacidade. Há uma perda de identidade, mudança de valores, vocabulário e hábitos de conduta. Nascimento (2018) considera que, embora exista um curso para formação do agente penitenciário, tal processo ocorre dentro da própria estrutura do sistema, ou seja, no próprio sistema prisional. Moraes (2013) utiliza o termo familiarização, que permite aos indivíduos, entre outros aspectos, internalizar elementos do sistema prisional, onde o agente aprende a fazer sua leitura, adquire uma percepção aguçada, reconhece seus sinais e mantém-se alerta, desconfiado a cada detalhe do comportamento dos presos. Sua inserção no sistema prisional gera necessidade de que o mesmo se adapte nesse cenário se assemelhando à própria adaptação do preso quando adentra na prisão. Mendes [ca. 2019] utiliza o termo “prisionização”, fenômeno que afeta o policial penal e todos os demais funcionários que trabalham dentro de um estabelecimento penal. Segundo o autor, os estabelecimentos penais estão cheios de sofrimento, ódio, desprezo, abandono, carência, abstinência de drogas e álcool e problemas mentais e cognitivos. Por fim, reforça-se a ideia de ser fundamental compreender como esse profissional se percebe diante desse contexto.

2.3 A autopercepção do Policial Penal

Pretende-se pesquisar e compreender se a autopercepção do policial penal influencia na maneira como conduz sua atuação. Como esse se percebe, se sua impressão sobre si pode influenciar a forma de fazer sua atividade, de estar dentro do complexo em contato com o preso. Diante da falta de pesquisas na área, buscamos ouvir dos próprios policiais como se percebem e compreender sua atuação na ressocialização.

3. Métodos

Primeiramente, uma pesquisa bibliográfica foi realizada, onde percebeu-se a relevância da profissão do policial penal, conforme mapa mental localizado no Apêndice G. Na sequência, percebeu-se a necessidade de ouvir os profissionais da área. Entrevistas foram realizadas com o objetivo de compreender a autopercepção e atuação, dos policiais penais, se estão associados ao processo de ressocialização da pessoa presa. Por fim a conclusão da análise e avaliação da pesquisa. Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

3.1 Coleta de dados

Foram realizadas sete entrevistas com participantes convidados de forma aleatória utilizando a rede social Instagram®, para uma entrevista aberta. Por meio da ferramenta Google Meet, a entrevista ocorreu e foi captada, com a participação voluntária dos entrevistados sob a garantia de sigilo e anonimato.

O material foi transcrito manualmente e analisado pelo Atlas.ti, um *software* para análise de dados qualitativos – sua função está em garantir uma maior sistematicidade para o trabalho de análise, através de uma melhor organização do material e do fornecimento de suporte para as ideias. Nas entrevistas os profissionais falaram livremente sobre suas carreiras, apontando suas angústias, decepções, motivações, críticas e desejos para a profissão (conforme apêndice A a G).

3.2 Ameaças à Validade

Kvale (1995) apud Oliveira e Piccinini (2009) consideram que a validade na pesquisa qualitativa é expressa em todos os momentos em que o pesquisador desenvolve a pesquisa. Entre os tópicos que o autor cita, iremos nos deter à coleta de dados, que está no cuidado ao checar os dados informados. Nessa pesquisa, como já citado anteriormente, os entrevistados foram selecionados por rede social: diante do perfil enviou-se mensagem confirmando se eram policiais penais e, diante da confirmação, combinava-se data e horário para a entrevista. Frente a esse contexto, não houve nada mais que confirmasse se realmente o entrevistado era policial penal, apenas sua confirmação verbal, o que pode ser uma ameaça à validade dessa pesquisa.

3.3 Análise dos dados

Para a compreensão dos dados, recorreu-se à análise temática (AT), um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. Segundo Souza (2019), a AT contribui pela sua praticidade e ampla aplicabilidade, pois pode ser utilizada em quase qualquer tipo de análise qualitativa.

A AT pode ser utilizada por uma abordagem indutiva, que foi o caso dessa pesquisa – não havia uma grade pronta de códigos ou temas para análise dos dados, então os códigos foram criados por meio da escuta dos participantes. A autopercepção e a atuação dos policiais penais eram os objetivos dessa pesquisa, após perceber-se que estavam associados a ressocialização. Num primeiro momento foram pensados diversos códigos, como carreira, família, legislação, aspectos psicológicos, entre outros, mas fez-se necessário reduzir a quantidade de códigos, sendo que a escuta da fala dos entrevistados contribuiu para a definição dos códigos, conforme Figura 3.1.

Na escuta da fala dos entrevistados, as dificuldades da profissão e a valorização profissional/autoestima ligados à categoria autopercepção ficaram mais claras. Na atuação, os códigos mais relevantes foram responsabilidades do Estado e o cumprimento da LEP (Lei de Execução Penal - Lei 7210/84 | Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). A ressocialização da pessoa presa era um dos objetivos específicos a

serem estudados na pesquisa, e encontrava-se totalmente vinculada à autopercepção e atuação do policial penal.

Na seção de discussão dos resultados, as falas dos entrevistados foram colocadas entre [colchetes], identificados pela abreviação PP (policial penal); a numeração está ligada ao número do entrevistado (conforme Tabela 3.1. – Perfil dos Entrevistados), as reticências indicam que a fala não é contínua, tiveram trechos sem maior importância, destacando-se a fala que naquele momento referia-se ao código da análise temática, exibido entre chaves, conforme abaixo:

PP1 – [Frase dita pelo policial penal], {código da análise temática}.

Figura 3.3.1 Códigos da Análise Temática



Fonte: O autor (2020).

3.3 Participantes

Independente da região e da denominação do cargo, os participantes dessa pesquisa são os que exercem ou exerceram atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, segurança dos estabelecimentos penais, assistência e orientação de pessoas recolhidas a esses estabelecimentos e, em algumas situações, à escolta de presos.

No total, foram entrevistados seis profissionais que estão ativos no cargo de policial penal, e um profissional que atuou como policial penal, mas atualmente está inserido na docência de disciplinas relacionadas ao Direito Penitenciário. As entrevistas encerraram-se no momento em que não existiam outros voluntários interessados em participar e a limitação do tempo impediu novos contatos.

Tabela 3.1. Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Região	Idade	Sexo	Estado Civil	Filhos	Tempo de atuação	Formação	Frase que o define
Policial Penal 1	MG	29 anos	Fem	Solteiro	2	6 anos	Direito	O policial penal não tem autoestima.
Policial Penal 2	MG	36 anos	Masc	Casado	3	11 anos	Técnico Informática	A carreira é super legal, temos que ser profissionais.
Policial Penal 3	AC	37 anos	Masc	Solteiro	0	18 anos	Direito	O verdadeiro policial no Brasil, ele é mais do que um super herói.
Policial Penal 4	SP	28 anos	Masc	Casado	1	3 anos	Engenharia Mecânica	Tentamos dar o nosso máximo porque a nossa obrigação é fazer o preso cumprir a LEP.
Policial Penal 5	DF	37 anos	Masc	Solteiro	2	3 anos	Tecnologia da Informação	O estudo é a base do convívio social.
Policial Penal 6	TO	44 anos	Masc	Casado	1	5 anos	Gestão Ambiental	Enquanto a sociedade dorme, estamos no complexo com o preso.
Policial Penal 7	RO	35 anos	Masc	Casado	2	4 anos	Direito	Trabalhamos arriscando a própria vida.

Fonte: O autor (2020)

4. Discussão dos resultados

As entrevistas demonstraram que o policial penal compreende a importância de seu papel e da sua atuação na relação com a pessoa presa. Reconhecem atribuições de sua atividade que se relacionam com a ressocialização, não se resumindo apenas à custódia da pessoa presa, o que abre a questão de que precisa-se considerar o policial penal dentro do contexto de qualquer projeto que se deseje implantar no contexto prisional e que se relacione à educação e ressocialização da pessoa presa. Diante da fala dos entrevistados, também pode-se perceber uma categoria profissional em formação buscando direitos. Profissionais que se arriscam diariamente para executar suas tarefas, colocam, em alguns momentos, a própria família em risco e, mesmo assim, sentem orgulho da profissão. Seguem determinados a cumprirem o dever, lamentam a falta de reconhecimento, baixos salários e valorização da profissão de policial penal. Dessa forma, faz-se necessário compreender a importância da atuação do policial penal. A

seguir, apresentamos de forma detalhada o conteúdo e o resultado da pesquisa.

4.1 Autopercepção

Nesta seção, conhecemos um pouco da autopercepção do policial penal utilizando o aspecto da análise temática Autopercepção: dificuldades da profissão e valorização profissional e autoestima, conforme Figura 3.1.

Os policiais penais reivindicam serem reconhecidos e legitimados nos seus Estados. Essa é uma luta e desejo antigos na busca pela valorização profissional. Responsabilizam os Estados por não cumprirem o papel de legislador, de oferecer condições adequadas e necessárias.

PP3 – [O Acre foi o primeiro Estado do Brasil a atualizar sua constituição estadual, cada estado tem que atualizar o seu ordenamento jurídico estadual para se adequar à polícia penal], {Valorização e autoestima}.

PP4 – [O governo não dava direito igual, a gente tinha que ir na justiça, pagar sindicato para ir atrás de direitos, era uma dor de cabeça sofrida... Infelizmente, no Estado de SP, você pode ver: em relação a outros Estados, é o Estado que está mais atrás em questão de reconhecimento... não temos feriado, não temos nada], {Dificuldades da profissão}.

A saúde mental do policial penal fica vulnerável devido ao estresse, tensão, baixos salários e ameaças sofridas por parte dos encarcerados, fatores que podem levar os profissionais a sofrer transtornos psiquiátricos, dependência química, entre outros. Não há um oferecimento de acompanhamento psiquiátrico e psicológico, considerando o ambiente insalubre em que estão inseridos, não recebem tratamento adequado diante do que são expostos diariamente.

PP4 – [se não se controlar, a gente se joga fácil pra bebida, pras drogas, é um ambiente muito pesado], {Dificuldades da profissão}. PP3 – [Nossa profissão é reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho como a segunda mais estressante e perigosa do mundo], {Dificuldades da profissão}.

Os entrevistados demonstram frustração e decepção na maneira como são (ou como não são) reconhecidos. O ambiente de trabalho é estressante, alguns adoecem, vão para uma vida de vícios, sofrem ameaças constantes por parte dos presos. Há um ambiente estressante na organização do trabalho. Há sensação de impotência diante de algumas situações, sentem-se fazendo sempre mais do que sua função exige.

PP3 – [Aqui no Acre, há 4 anos atrás, eu apresentei, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei para regulamentar a saúde mental do servidor penitenciário. Agora vou atualizar e colocar para o policial penal porque não existe acompanhamento para a saúde mental de policiais em âmbito nacional... Essa questão da saúde mental, é ampla. Ver a saúde social do servidor, ele pode estar no álcool, nas drogas lícitas, no cigarro, pode estar deprimido com a profissão],

{Dificuldades da profissão}. PP4 – [O preso deseja seu mal, ele não quer saber se você quer trabalhar ou não... o ambiente de trabalho é pesado... trabalho interno é muito estressante... além da gente ter uma remuneração mais baixa, se não me engano é a terceira mais baixa do Brasil... ficar 24 horas com o preso, isso é muito desgastante... através da atividade física... faço academia, futebol, ambiente social é fundamental, ter bom relacionamento com os amigos para poder esquecer um pouco aquele

ambiente], {Dificuldades da profissão}. PP7 – [se um bandido vir para me matar, me roubar e se eu estiver com minha família junto, eu não vou dar uma de herói, prefiro eu do que eles, eu me rendo.... eles dizem que eu sou policial que eu preciso prender bandidos, é porque eles são muito novos, 7 e 11 anos], {Dificuldades da profissão}. As atividades que não lhe competem geram pressão e estresse na rotina do policial penal. Se queixam de assumir atividades que não fazem parte da sua função por falta de outros profissionais. São eles que estão diretamente ligados à pessoa presa, acabando por lhes conferir responsabilidades emergentes, gerando mais estresse e pressões desnecessárias.

Fica evidente a relação do policial penal e da pessoa presa, o que poderia ser utilizado de forma mais efetiva, como na própria ressocialização e não em atividades onde o policial não deveria se envolver, como medicar o preso que está com uma dor de cabeça na tentativa de evitar que ele tenha que sair do estabelecimento penal para ser consultado em um hospital, pois, talvez, o técnico de enfermagem só trabalhe de segunda a sexta-feira.

PP3 – [O agente em si é polivalente, ele é o remédio para tudo no sistema, ele é o médico, o advogado, o assistente social.... tem até um jargão que eu criei que foi o seguinte: o agente penitenciário é o elo fundamental entre o preso e a sociedade], {Dificuldades da profissão}.

Esse elo fundamental que o PP3 cita em sua entrevista é de extrema importância desde que seja utilizado de forma adequada e consciente por parte de todos os envolvidos.

PP4 – [Tentamos segurar o máximo, só leva para o hospital quando é caso urgente... cansei de ver no ambiente de trabalho muitos agentes medicarem o preso, dando remédio porque, infelizmente, são poucas unidades que existe (SIC) médico], {Dificuldades da profissão}.

O estresse diante de procedimentos e rotinas ocorre de todas as formas no dia a dia do policial penal.

PP1 – [O estresse se dá através da discordância de procedimentos. Ordens que vêm de cima que a gente não concorda, isso gera um estresse muito grande na gente, a sensação de impotência, de ver algo que você discorda, mas você não pode fazer nada], {Dificuldades da profissão}. PP6 – [o ambiente no complexo é estressante!], {Dificuldades da profissão}.

Há um sentimento misto de indignação e amor pela profissão. A autoestima do policial penal é mantida com muito esforço, alguns relatam um sentimento quase inexplicável pela profissão. Na sequência, o código Valorização profissional/autoestima. PP1 – [A gente não tem autoestima e precisa ser trabalhada], {Valorização e autoestima}.

PP3 – [O policial verdadeiro, no Brasil, ele é mais do que um super-herói, também não pode cometer abusos... é uma honra, sou o (*)⁴ a ser credenciado como agente penitenciário no estado do Acre, efetivo!], {Valorização e autoestima}.

PP2 – [na nossa região, eu não posso falar mal não, a gente sempre foi muito bem equipado... têm cidades que somos super bem recebidos, bem vistos, porém, há outras cidades que que não... Dentro da minha unidade hoje, se você fosse fazer uma

⁴ A informação foi retirada do texto para garantir o anonimato do entrevistado.

pesquisa de campo lá, vai ter muita gente satisfeita... Já trabalhei numa unidade que a gente falava que era uma panela de pressão. A carreira é super legal, a gente tem que ser profissional, não só na minha área, em qualquer área... Minha profissão hoje é de suma importância], {Valorização e autoestima}. PP5 – [Minha atuação profissional hoje na área como professor é na segurança pública, que eu gosto muito, eu amo a segurança pública... sempre gostei dessa área de segurança pública, mas desisti de exercer cargos na segurança pública] {Valorização e autoestima}. PP1 – [sempre gostei da área Penal], {Valorização e autoestima}.

Entre alguns entrevistados, há influência familiar na escolha da profissão, se identificam e admiram o pai ou familiar por ter sido da polícia, mesmo não havendo incentivo para que sigam na profissão.

PP4 – [Meu pai falava pra mim assim: “Olha, filho, eu não quero que você seja policial... Busquei a estabilidade e a questão de já ter vivido desde pequeno junto com o meu pai. Eu ficava com o meu pai na delegacia, ele ficava em contato direto com os presos, ficou isso em mim... é questão familiar, meu tio, meu pai, uma família que já era da polícia... A gente leva essa questão de disciplina... acaba se identificando desde pequeno], {Valorização e autoestima}. PP7 – [Creio seguir sempre na minha linha de raciocínio, nunca precisar desviar do meu caminho, honrar o nome que meu pai deixou, o nosso nome de guerra... Não posso desonrar meu pai e família. Meu pai foi da polícia, bombeiro e do sistema prisional. E por onde ele passou, ele deixou um filho. Ele tem um filho polícia militar, uma filha bombeiro militar e eu, que sou policial penal], {Valorização e autoestima}.

O policial penal considera-se um profissional que necessita ser legitimado e reconhecido e aguarda sua atividade ser valorizada por uma legislação mais efetiva. Além de ter o mesmo tratamento de outras polícias, cada estado tem sua forma de legislar sobre a carreira do policial penal. Responsabilizam o Estado por não o reconhecerem, queixam-se de um sistema que legisla sem conhecer a realidade do sistema penitenciário, deixando-os desamparados. É uma categoria sem voz, invisível, mas que está gritando para ser ouvida e vista pelo Estado e pela sociedade!

PP3 – [15 anos de luta para aprovar a polícia penal, uma polícia especializada para as unidades prisionais, porque o Brasil chegou num momento onde o escritório do crime estava dentro dos presídios], {Dificuldades da profissão}. PP7 – [a nova polícia penal, creio eu, que deveriam abraçar mais porque é uma classe que vem crescendo bastante, apesar de ser uma das profissões mais antigas e a segunda profissão mais perigosa do mundo... já foi aprovado aqui que vai ser concurso a nível superior porque até o momento é nível médio, base do salário que provavelmente vão aprovar também, sendo aprovado aí sim fica bom... nosso governador hoje, ele era secretário da nossa SEJUS⁵, da nossa secretaria, ele saiu de secretário para ser governador, e não nos valoriza como merecemos], {Valorização e autoestima, Responsabilidade do Estado}. PP3 – [Policial do sistema penitenciário hoje é o policial penal, ele ganhou prerrogativas de investigação, de fazer policiamento, de participar de operações policiais com outras polícias, fora do presídio. No Instagram, temos 17.000 policiais penais de diversas partes do Brasil. Publicamos coisas atuais, falamos sobre o Coronavírus, as péssimas condições de trabalho], {Dificuldades da profissão}. PP5 –

⁵ Secretaria da Justiça

[passar essas informações pra sociedade porque é um cargo restrito, você não vê eles na rua, a sociedade não vê eles na rua, a não ser que seja uma escolta e, mesmo assim, bem raro], {Valorização e autoestima}. PP4 – [o principal de tudo é mostrar o nosso trabalho, por isso que você vê o pessoal divulgando, compartilhando o nosso trabalho... É fundamental porque antes nós não éramos vistos, não aparecia muito... vejo, no momento, uma grande evolução, o que está acontecendo com a nossa profissão], {Valorização e autoestima}.

O policial penal se coloca como um agente mantenedor da ordem dentro e fora das instituições penais, ou seja, conseqüentemente, oferece segurança à sociedade.

Queixam-se da falta de reconhecimento da sociedade. São discriminados e têm sua função alterada: passam de segurança da sociedade para torturador de preso. Por estarem intramuros, o trabalho do policial penal não é visto, muito menos valorizado, pela sociedade. Se reconhecem fazendo um trabalho duro e árduo, trabalhando incansavelmente para garantir a segurança da população e combater a criminalidade. PP6 - [enquanto a sociedade dorme, nós estamos no complexo com os presos], {Dificuldades da profissão}. PP5 – [A sociedade criou tanto esse preconceito em relação aos agentes penitenciários... traz essa má lembrança... de carcereiros]. {Valorização e autoestima}. PP7 – [escutei assim: “Cara, essa profissão de vocês é uma profissão muito desvalorizada, vocês deviam ser mais valorizados. Porque a gente só prende e joga lá, quem cuida da escória da sociedade são vocês”. Você está ali mantendo, evita fuga, evita rebelião, evita morte dentro das celas, evita que pessoas arremessem ilícitos pra dentro da unidade, evita que próprios colegas tragam ilícito pra dentro da unidade, evita mil e uma coisas, mas não é valorizado do jeito que merece.... os empecilhos do Estado, dos governos que não querem que cresça essa nova classe... é uma briga muito grande, é muita política], {Dificuldades da profissão}. PP5 – [o policial penal corre um risco de morte muito maior por estar lá dentro naquele ambiente confinado com aquele público], {Dificuldades da profissão}. PP3 – [a sociedade tem que ver o policial penal como um herói, como um trabalhador, como alguém que está ali para realizá-lo, é um garantidor de direitos], {Valorização e autoestima}. PP4 – [em 2006, aconteceu tudo isso, o governo liberou o porte de arma, podia andar armado na folga... mas, se comprássemos, o governo não queria nem saber se morreríamos ou não, sem preparo nenhum também], {Dificuldades da profissão, Responsabilidade do Estado}. PP1 [A sociedade não vê minha profissão com bons olhos, a segurança toda é estigmatizada, a sociedade ainda vê a gente como aquela pessoa que faz o serviço “sujo”. Pra sociedade, a gente tá ali pra bater no preso, torturar o preso, ainda tem essa visão, ninguém quer o preso na rua, mas o preso ali dentro a gente tá maltratando... é como a gente se vê perante a sociedade, eu falo muito com as pessoas que eu trabalho, a questão da nossa profissão, nós somos mal vistos dentro da área de segurança], {Dificuldades da profissão, Valorização e autoestima}.

De acordo com o relato dos policiais penais, estes consideram importante o tratamento que se dá à pessoa presa, respeitando os seus direitos e tratando-as de forma digna. Além disso, esses profissionais desejam encontrar nesse relacionamento com as pessoas presas uma postura de autoridade e respeito.

Quando se fala em ressocialização, alguns policiais parecem não acreditar nessa possibilidade do recluso não retornar ao sistema. Consideram que seu papel é manter a ordem dentro do sistema prisional, facilitando o trabalho de outros profissionais na realização do processo ressocializador.

PP4 – [o papel não é de ressocializar, ele é de manter a segurança, a ordem e a disciplina para outros setores poderem trabalhar... Eles têm os seus direitos e deveres. O nosso papel é esse e nada além: fazer investigação do detento é nosso papel, saber que crime ele cometeu], {Dificuldades da Profissão e Ressocialização}. PP1 – [na prática, fica impossível para o policial penal tratar a questão da ressocialização], {Dificuldades da Profissão e Ressocialização}. PP2 – [Isso já não é tanto a nossa função... existe o corpo técnico para identificar mais essas situações. A nossa função é mais segurança mesmo], {Dificuldades da Profissão e Ressocialização}.

Mas o tema “ressocialização” vai além, muitos entendem que sim, fazem parte do processo de ressocializar a pessoa presa.

PP7 – [É gratificante você ver que tem pessoas que não queriam aquela vida, aconteceu pela oportunidade financeira, teve uma oportunidade de aumentar o financeiro dele, só que deu errado. Era um cara que você via que era trabalhador e deu errado], {Valorização e autoestima, Ressocialização}. PP5 – [É uma exigência da LEP, muita gente não observa, é um erro também. Muita gente fala: “Ah, eu não sou babá de preso”. Não, você não é babá de preso, não, mas você é policial penal e você deve saber que você está diretamente ligado à ressocialização do criminoso. Você tem que cumprir o que está previsto na lei: está previsto em tratado internacional de direitos humanos... Um princípio da administração pública. E passar a tratá-lo de uma forma mais adequada à ressocialização], {Valorização e autoestima, Ressocialização}. PP2 – [Já tive vários tipos de contatos com os presos, preso gente boa, preso gente ruim, preso que já me falou que quando estiver na rua ninguém chega perto da minha casa], {Valorização e autoestima, Ressocialização}. PP1 – [Acho que estamos tendo um retrocesso de pensamento – o que a gente nunca vai conseguir mudar nada lá na frente, que é a questão da ressocialização], {Dificuldades da profissão e Ressocialização}.

Apesar de todos os fatores citados, falta de reconhecimento, baixa remuneração, preconceitos que permeiam o papel profissional do policial penal, há um orgulho da profissão e esperança de que um dia haverá valorização de seu papel perante a sociedade e o Estado. Sentem-se honrados em pertencer à corporação da Polícia Penal. Valorizam a carreira, gostam do que fazem, a profissão é digna, porém, exige estrutura emocional, familiar, social, requer esforço físico e mental. A autopercepção e a atuação do policial penal estão estritamente vinculadas. Falaremos no próximo item sobre como atua o policial penal e as dificuldades enfrentadas na rotina de trabalho.

4.2 Atuação

Nesta seção, estuda-se a atuação do Policial Penal que é o profissional que cumpre suas atividades visando a segurança dos presídios: suas ações estão focadas na ordem, na custódia do preso, na prevenção e combate ao crime organizado.

O aspecto da análise temática aqui utilizado é: Atuação: Cumprimento da LEP e Responsabilidades do Estado, conforme Figura 3.1.

As dificuldades da profissão existem em diversos contextos. Há situações que geram medo e tensão na rotina do trabalho do policial penal, como citou um dos entrevistados que mostrou-se indignado com rotinas que existem dentro do

estabelecimento prisional onde trabalha: são os policiais os diretamente afetados por essas decisões. Na sua unidade prisional, segundo seu relato, não existe local reservado para que ocorram as visitas. O visitante, após passar por todo o procedimento, entra e pode circular na unidade, até mesmo entrar nas celas. Situação que causa tensão e estresse para os policiais, que só conseguirão perceber algo anormal no momento de contagem da saída dos visitantes. No discurso dos entrevistados, podemos notar a importância da conduta do policial penal baseada na disciplina, uma vez que consideram seu dever o cumprimento da LEP.

PP4 – [Tentamos dar o nosso máximo porque a nossa obrigação é fazer o preso cumprir a LEP. O policial é um cumpridor de leis... O que eu acho errado no estado de SP: as visitas passam pelo processo da revista. Assim que liberadas, adentram o pavilhão onde os presos cumprem a pena. Não vou dizer que todos fazem isso, mas eles aproveitam aquela visita que entrou para passar recado lá fora, para poder fazer uma vingança, para entrar droga, celular... é o câncer do sistema penitenciário. Tinha que ter uma lei que proibisse isso, tinha que ter uma lei que regulamentasse. As visitas e os presos tinham que ir para um local seguro, com policiais no meio], {Cumprimento da LEP}.

A responsabilidade do policial penal é manter o encarcerado com suas necessidades sendo atendidas e seus direitos respeitados. Citam a LEP, consideram que se fosse aplicada de forma ampla haveria muita melhoria em todos os âmbitos.

PP 4 – [Nós tentamos dar o nosso máximo porque a nossa obrigação é fazer o preso cumprir a LEP. Na LEP, o banho de sol dura duas horas. No estado de SP, a maioria das unidades tem oito horas de sol. Tem unidade que exerce quatro horas, mas na maioria, na capital de SP, eles são liberados às 7 horas da manhã, ficam no pátio o dia inteiro; são trancados às 12h; às 13h, são liberados, que é hora do almoço, e voltam a ser trancados às 16h. Essa é a maioria... mas se eu te falar que tem unidade que cumpre a LEP, as duas horas, não tem por causa da determinação do governo que, para eles, ampliando os benefícios para o preso e deixando eles confortáveis, não haverá rebeliões, crimes], {Cumprimento da LEP}. PP2 – [A gente tem que ser profissional, o que é dele é dele, o que é meu é meu. O banho de sol tem os horários pré-determinados], {Cumprimento da LEP}. PP3 – [Temos uma Lei de Execução Penal, se essa lei fosse cumprida, nossa!!! Não que eu seja um defensor de preso, eu estou ali pra cumprir a lei, não tem que fazer pré-julgamento daquela pessoa nem nada]. PP4 – [Já temos uma lei que, se cumprida, é boa]. {Cumprimento da LEP}.

O entrevistado PP5 cita a questão de tratar o interno de forma humanizada.

PP – 5 [inicia de uma forma simples, através de um processo simples de tratamento interpessoal com o preso. É um direito do preso, por exemplo, ser chamado pelo nome, é um direito trazido no artigo 41 da LEP, o chamamento nominal].

A custódia faz parte das atividades do policial. A pessoa presa está sob proteção do Estado, a função do policial é guardar, conservar, vigiar, agir mantendo a integridade da pessoa presa.

PP3 – [Arma de fogo só em último caso na parte interna por parte de direitos que são previstos na LEP. Armamentos menos letais, que são a munição de borracha, a taser, que dá choque... tem toda uma política de Direitos Humanos. Muitos presídios são como masmorras medievais: o grau de insalubridade é máximo. Uma cela, por exemplo,

3x2, ou uma cela individual, tem sete presos. Cadeias públicas, que é para terem 20 pessoas, têm 80 na cela], {Cumprimento da LEP}. PP2 – [Temos muita coisa de autoproteção, que não os machuca, por exemplo, soltam uma granada de efeito moral, aquela fumaça, aquele estouro, assusta o camarada], {Cumprimento da LEP}.

Consideram não cumpridos os Direitos dos presos por um Estado omissos. Não oferecem ao preso o que está em lei. Leis criadas por pessoas que não conhecem a realidade do sistema prisional.

PP3 – [Como a lei prevê uma assistência integral, o Estado está cometendo um crime de responsabilidade. O preso tem direito à assistência integral, não é só criar presídios que irão resolver o problema da sociedade com os criminosos. Tem que investir em políticas sociais, geração de emprego, renda e qualidade de vida. Falta políticas públicas para o sistema penitenciário. A omissão dos governantes, dos gestores. O chefe da facção começa fazendo um trabalho social, entre aspas, para ter uma simpatia da comunidade. O crime organizado chega na favela, no morro, numa invasão porque ali tem a ausência do poder público. No Brasil, a sensação do operador de segurança pública é de estar enxugando gelo. Você prende a justiça solta... tem esse jargão equivocado que a justiça solta, mas é que a legislação é falha. Quem faz nossas leis federais, que é de competência exclusiva da União legislar sobre Direito Penal? São políticos que estão envolvidos em “N” casos de corrupção]. {Cumprimento da LEP, Responsabilidades do Estado}. PP5 – [Não entendem o sistema prisional, inclusive, os legisladores, principalmente, os deputados. Há décadas, o sistema penitenciário está abandonado, largado pelo poder público. Há uma forte e grande omissão estatal em relação ao sistema penitenciário], {Responsabilidades do Estado}. PP3 – [O político quer dinheiro para captação de recursos para sua campanha política, você vê que político, na eleição, compra salgado de bicicleta, ele toma café no mercado. Sabem que através do medo, do dinheiro, do tráfico de drogas que movimentam quantias surreais esses líderes de facções têm poder de persuasão, do medo na comunidade. Se dependesse do governo, até hoje teria PM temporário que era mão de obra barata, funcionava como “curral eleitoral”. Tem toda uma política nesse meio... porque preso não vota. Se preso votasse, ia ser um preso por cela. Tudo bonitinho. Tem muita lavagem de dinheiro na política, a pessoa de bem ela quer sair da política. PP4 – [Essa função foi delegada a nós, em SP, tudo devido ao massacre do Carandiru, o governo viu que não podia ser administrado pela polícia Militar], {Responsabilidades do Estado}.

Os policiais penais sentem-se desamparados por um Estado que não cumpre os direitos que lhe cabe, desde ambientes mais seguros, manutenção dos estabelecimentos, estrutura tecnológica, equipamentos, armamentos e até fardamento. O estado não valoriza o policial penal, não reconhece seu papel, não lhe oferece apoio necessário para desempenhar sua função que, como já foi citado, está entre as mais perigosas e estressantes profissões existentes.

PP1 – [Tem que começar a mudança de pensamento tanto da sociedade como do Estado], {Responsabilidades do Estado}.

Num determinado momento, o entrevistado PP3 mostra seu colete. O Estado não tem a capacidade de oferecer colete e fardamento adequados, o policial tem que comprar com o próprio salário por omissão do Estado. PP3 – [É um dos mais modernos que tem, eu comprei, juntei dinheiro, comprei particular porque o Estado não fornece. Muitos Estados não pagam o auxílio fardamento e também não entregam, aí tem que

brigar na justiça], {Responsabilidades do Estado}.

Dois entrevistados PP4 e PP5 citaram o Ceará como um exemplo a ser seguido, atualmente, por todos os outros estados, e reforçaram a importância de ser cumprida a LEP.

PP4 – [Começou a tratar o preso na LEP. Duas horas de banho de sol. Duas horas de banho de sol, tem direito à educação... vai ter direito à educação... Tudo o que tinha lá, ele fez... as visitas, tudo controlado. Nossa, o que ele fez no Estado do Ceará é exemplo para o Brasil todo], {Cumprimento da LEP}.

São citados os volumes financeiros gastos com o sistema prisional, onde não se investe nem a metade na educação com um aluno do ensino fundamental.

PP3 – [Se você pegar o custo de um aluno no ensino fundamental hoje, o Estado gasta 5% do que é gasto com o preso comum. Se for para um presídio federal, ainda é mais caro. Há uma inversão de valores], {Responsabilidades do Estado}.

Falando sobre inversão de valores, o entrevistado faz um desabafo sobre as pessoas cumpridoras das leis, expostas a um sistema injusto e corrupto.

PP4 – [O cidadão de bem hoje, ele é o que mais sofre, é o que trabalha, é o que paga imposto, fica refém dos bandidos, fica refém dos políticos. O cidadão de bem é o que mais sofre em todos os sentidos]. {Responsabilidades do Estado}.

Aguardam uma legislação que trabalhe considerando as facções criminosas que mais crescem.

PP5 – [Agora temos o pacote anticrime que prejudicou a prática de crimes e, principalmente, as organizações criminosas. Transformou o cumprimento de pena máxima de 30 para 40 anos, que é um grande avanço. Quem cometer crime. Agora, são 40 anos a pena máxima]. {Responsabilidades do Estado}.

Até o momento, conhecemos o policial penal, profissional que se constrói na história, que se considera um profissional essencial para a sociedade, que atua diante de tantas dificuldades. No próximo item, falaremos especificamente sobre a autopercepção e a atuação do policial na ressocialização do encarcerado.

O policial penal é figura de extrema importância para que a ressocialização seja praticada e traga resultados positivos para a não reincidência do preso. Poucos estudos foram realizados até o momento sobre esse profissional, a própria sociedade o desconhece, não sabe o que eles fazem, pois estão a maior parte do tempo intramuros, sofrendo preconceito e desvalorização. O policial penal tem um papel extremamente importante nos estabelecimentos prisionais e perante à sociedade, dessa maneira, iremos explorar, a seguir, a relação entre autopercepção e atuação desse profissional na ressocialização do encarcerado.

4.3 Relação entre autopercepção e a atuação do Policial Penal na ressocialização do encarcerado

Nesta seção, analisamos a relação entre autopercepção e a atuação do policial penal na ressocialização do encarcerado. O aspecto da análise temática é: Ressocialização, conforme figura 3.1.

Dentro do contexto prisional, o policial penal é quem está mais próximo fisicamente e emocionalmente do indivíduo preso. Ele é o mediador da pessoa presa com tudo que está relacionado dentro e fora do sistema, é o vínculo entre o preso e o

mundo externo. Fala-se de presos que são os profissionais do crime, mas existem aqueles que acabaram cometendo algum tipo de crime onde foram julgados e estão pagando suas penas, mas não são do crime, não fazem parte de uma facção, precisam sair desse sistema, pois não pertencem a ele. Quem poderá mediar e ajudar essa pessoa é o policial penal. Se esse não se reconhecer como o agente de mudança, não valorizar suas ações perante o preso, nada será realizado, mesmo havendo outros profissionais e instituições bem intencionadas.

PP5 – [No Brasil, nós temos uma estatística muito alta em relação aos reincidentes, que são aqueles criminosos que se dedicam realmente à atividade criminosa, eles afrontam o poder público]. {Ressocialização, Dificuldades da Profissão}.

Segundo Mendes [ca. 2019], é necessário fazer a distinção entre criminoso cidadão e criminoso inimigo. O criminoso cidadão é o criminoso “comum” que não se dedica a atividades criminosas, não faz parte de organização criminosa, não faz do crime seu “meio de vida”. Já o criminoso inimigo, segundo Mendes [ca. 2019], ou mesmo bandido, está ligado à organização criminosa, o crime é seu “meio de vida”, esse faz da vida criminosa uma profissão, quase sempre integrante de facção criminosa. Criminoso cidadão é a pessoa comum que de alguma forma cometeu um delito e agora paga perante a justiça as consequências de seus atos, conforme cita o entrevistado PP5: [O juiz magistrado, geralmente, não faz a classificação, não leva em consideração muitos fatores que deveriam ser levados em consideração ao fixar a pena do criminoso, e aqui eu falo no sentido técnico. “Estão defendendo bandido” é a frase do ano e isso não é uma análise técnica, não há a classificação correta de criminoso e deveria haver. A sociedade tende a marginalizar, a etiquetar qualquer criminoso de “bandido”, e isso não é correto, infelizmente], {Ressocialização, Responsabilidades do Estado}.

É possível ressocializar o criminoso, como cita nosso entrevistado PP7:

PP7 – [O policial penal que está ali acompanhando, que é o que fica no setor de reeducandos, eles sabem quem é que quer e quem não quer... é gratificante você ver que tem pessoas que não queriam aquela vida, aconteceu pela oportunidade financeira, teve uma oportunidade de aumentar o financeiro dele, só que deu errado, era um cara que você via que era trabalhador e deu errado... O “Acuda⁶” é onde os presos vão trabalhar, existem vários tipos de serviços, oficina de moto, carro, fazem artesanatos, aprendem a fazer massagem, tem vários cursos], {Ressocialização}. O PP7 conta sobre o contato que teve com um interno que foi para o trabalho de ressocialização, cita a satisfação em ter participado desse processo. PP7 – [Ele era do AC, a primeira vez que foi fazer... nem conseguiu fazer, já foi preso, eu trabalhei com ele, teve a oportunidade... ele sempre me agradece. Eu mantenho contato com essas pessoas], {Ressocialização}.

O policial penal considera que pode ser um intermediário: a ressocialização começa por ele, no contato com a pessoa presa. Como cita o PP5. [A ressocialização começa com o tratamento à pessoa presa ser chamada pelo nome... e pelo fato do uniforme do preso estar escrito “interno”. Não tem, não existe no Brasil uniforme que venha a nomenclatura “preso”, “condenado”, não existe. Então, interno!], {Ressocialização}.

⁶ ONG - Organização não governamental que realiza projeto de ressocialização de presidiários

Outro entrevistado reconhece que o contato do policial penal com o interno possibilita realizá-lo de forma que nenhum outro profissional é capaz.

PP2 – [Conseguimos, talvez, muito mais do que um técnico, a gente tá lá no convívio deles, então a gente vê coisas que eles não passam pro técnico], {Ressocialização}.

Os policiais penais sabem que existe uma parcela dos presos que querem sair daquele sistema, e muitos deles dependem do auxílio do policial penal. Daí a importância do contato do policial penal com a pessoa presa.

PP5 – [Os que realmente querem ser ressocializados, saírem de lá pessoas melhores, largar a vida do crime e aprender um ofício. O policial penal, além de ter esse contato direto com o preso e participar diretamente da ressocialização, ele deve prestar atenção, observar essa classificação de criminosos, mas não fazem, a maioria não faz. O policial penal está diretamente ligado à ressocialização do criminoso, principalmente, aquele criminoso primário. Tem estudos que apontam que a melhor forma de ressocializar e inseri-los na sociedade, arrependidos da prática criminal, para que não voltem à vida criminosa, é através da efetivação do direito ao trabalho e ao estudo], {Ressocialização}.

Sabendo-se que os fatores segregadores da nossa sociedade começam com a falta de estudo para a criança e estende-se para a vida adulta pela falta de trabalho, a única forma de reverter esse processo é oferecer ao encarcerado trabalho e estudo na ressocialização.

PP1 – [Trabalho e estudo. A ressocialização tem que girar em torno de uma mudança de conceito daquele indivíduo. Enquanto tiver o conceito de criminoso de bandido e uma visão de que aquilo ali é bacana, ele não vai ser ressocializado nunca. E, como ele vai ter essa mudança de ponto de vista, senão através do conhecimento intelectual ou do trabalho reconhecido? O que a gente chama de ressocialização naquele momento do nosso trabalho é tentar tratar o preso de uma forma digna, mas não deixando de impor a disciplina. {Ressocialização, Cumprimento da LEP}. PP6 – [Na unidade, existem algumas atividades de artesanato, mas poderia ter mais atividades voltadas para um trabalho técnico], {Ressocialização}. PP4 – [Porque é a gente que seleciona os presos para poder ter aula ou não, a gente que fornece a leitura para o preso, busca o livro, exceto os que já pertencem às facções criminosas, esses daí não têm solução], {Ressocialização}. PP5 – [Sempre bato nessa tecla que a educação é o pilar básico principal do convívio em sociedade e claro da administração pública. Se não tem educação, não tem trabalho, não tem esse senso de empatia pelas pessoas, não tem essa vontade de largar a prática criminosa, então a maior forma de ressocializar um criminoso hoje, principalmente, dentro dos estabelecimentos penais, é através do trabalho e do estudo. Claro, tem que pagar pelo crime, pagar a pena, tem que ser duro, mas não deve atingir a integridade física e lesionar os direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, tem que cumprir, mas de uma forma decente].

{Ressocialização}. PP4 – [Essas pessoas a gente separa, coloca para trabalhar dentro da unidade, dá mais oportunidades porque ela não é do crime... fazemos todo esse papel de investigar se é do crime ou não], {Ressocialização}. Alguns policiais penais apontam as dificuldades do contexto ressocialização. Falta de estrutura e planejamento, o Estado não faz o seu papel, não contribui, demonstrando parecer não querer que a ressocialização dê certo.

PP3 – [Não temos uma estrutura que dê para colocar em dois ou três turnos professores em salas de aula de modo seguro para ensinar os presos, nós não temos estrutura], {Ressocialização, Dificuldades da Profissão}. PP2 – [Não adianta a gente fazer um trabalho lindo e maravilhoso lá dentro da unidade prisional, quando ele põe o pé pra fora, ele é um cara excluído da sociedade]. {Ressocialização, Responsabilidades do Estado}. PP4 – [Não é dentro do sistema prisional que você vai ressocializar, é fora, dando oportunidade]. PP1 – [O Estado é o primeiro que tem que querer, mas ele não quer. O Estado priva muito o recluso na ressocialização. Não é dada a oportunidade, pelo menos não ampla para a ressocialização]. {Ressocialização, Responsabilidades do Estado}.

A ressocialização se inicia dentro do sistema penitenciário, está em atitudes que o policial penal executa considerando os direitos do interno e o cumprimento da LEP, está na ordem e segurança do estabelecimento penal. A atuação do policial penal e seu vínculo com o interno está diretamente relacionado ao processo da ressocialização.

5. Lições aprendidas

A pesquisa proporcionou uma reflexão sobre quando possuímos uma ideia inicial, um projeto bem intencionado, antes de mais nada, necessitamos compreender o contexto que será aplicado e quais atores inseridos. Caso contrário, estaremos correndo o risco de ter um ótimo projeto que estará fadado ao fracasso. Considerando-se que um trabalho como o da ressocialização, pode vir a mudar a vida de uma pessoa, sua família e sua comunidade, não podemos permitir que seja apenas uma tentativa.

Essa pesquisa identificou que dentro do contexto ressocializador, precisamos valorizar a figura do policial penal, se esse profissional não estiver preparado, conscientizado e se não for reconhecido como um agente de mudança, nada será realizado, mesmo com as melhores das intenções, conteúdos ou até mesmo tecnologias. Faz-se necessário enquanto sociedade reconhecermos a importância dessa profissão. Dentro do contexto prisional são os policiais penais que estão com os encarcerados, mantendo a sociedade livre da criminalidade, ou parte dela. A sociedade precisa reconhecer essa importância e valorizar o profissional que executa esse serviço e lutar junto com ele para que essa profissão evolua no sentido de reconhecimento, legislação, remuneração, benefícios, entre outros. A pesquisa reforçou a concepção de que só se muda uma pessoa, comunidade ou sociedade, por meio da educação e respeito à dignidade humana.

6. Considerações finais

Num primeiro momento, a pesquisa estava direcionada à ressocialização do encarcerado, visando defender o uso de ferramentas tecnológicas de aprendizagem que poderiam facilitar o acesso à educação dentro do sistema prisional, proporcionando uma ressocialização mais justa e eficaz. No decorrer da pesquisa, encontrou-se uma lacuna, a atuação do policial penal, peça fundamental nessa engrenagem. A compreensão da autopercepção e atuação do policial penal tornou-se prioridade para o processo ressocializador, gerando um viés que mudou o caminho inicialmente planejado da pesquisa. As ferramentas tecnológicas de aprendizagem passaram a ser detalhes menos importantes dentro do complexo contexto a ser entendido.

Assim, buscamos compreender a relação entre autopercepção e a atuação do policial penal na ressocialização do encarcerado. Os policiais penais percebem-se responsáveis por serem os cumpridores das leis e possuem conhecimento do sistema prisional. Atuam para manter a ordem dentro dos presídios e garantir a segurança intra e extramuros, combater o crime e manter a segurança da sociedade, são uma categoria de polícia que age de maneira ostensiva no combate ao crime. A maioria visa a ressocialização do interno, possuem satisfação em realizá-la e se reconhecem como fundamentais no processo. Os policiais demonstram gostar da profissão, desejam que a profissão seja valorizada tanto pela sociedade como pelo Estado.

Os policiais penais consideram que o Estado é omissivo, não oferecendo condições satisfatórias para a ressocialização do preso. Há dificuldades na realização de seu trabalho, atividades que não lhe cabem, falta de cumprimento da LEP, falta um olhar mais atento aos profissionais que estão no contexto dos estabelecimentos prisionais.

Mesmo havendo locais mais adequados, com condições e infraestrutura, se fazem necessárias políticas públicas que realizem a ressocialização na prática e de forma mais ampla e abrangente. A pesquisa mostrou que há muitos outros temas que devem ser pesquisados sobre a profissão do policial e os estabelecimentos penais. Se fazem necessárias novas pesquisas sobre o policial penal no contexto ressocializador. Reforçamos a importância da educação, principalmente a EaD, que possivelmente é capaz de oferecer acesso à pessoa presa ao sistema educacional, proporcionando uma mudança social, diminuição da exclusão e reincidência ao crime.

Referências

- Araújo, F. A. C., Pessanha, J. F. D. G. N., da Costa, K. R., & da Conceição Bezerra, E. EDUCAÇÃO PRISIONAL NO ÂMBITO DO IFRN: DA OFERTA À EFETIVAÇÃO.
- Chandani, J. G. (2020). Information needs as a significant determinant factor on spiritual well-being of prisoners in Sri Lanka.
- Mendes, B.P. (S.I.:s.ns). Sistema Penitenciário: insegurança e insalubridade.
- Moraes, P. R. (2013). A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social*, 25(1), 131-147.
- Nascimento, E. L. (2018). A autopercepção identitária profissional do Agente de Segurança Penitenciário do estado de Minas Gerais e os novos rumos da carreira.
- Oliveira, S. R. D., & Piccinini, V. C. (2009). Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *Cadernos Ebape. Br*, 7(1), 88-98.
- Prado, F. R., & da COSTA, F. L. A cultura de violência no cárcere: um estudo criminológico da relação entre o Agente Penitenciário e o Prisioneiro.
- Ribeiro, G. B. (2019). O agente penitenciário: entre a formação identitária e o reconhecimento social.
- Santos, S, I. A., & Estrada, A. A. (2020). Educação como medida de ressocialização ao privado de liberdade da Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste (PECO). *Revista Cocar*, 14(28), 226-242.
- Silva, L. L., Nascimento, J. S., de Abreu, I. S., & Carneiro, M. E. F. (2020). O sujeito encarcerado e a materialização do seu direito à Educação Básica/The incarcerated subject and the materialization of his right to Basic Education. *Brazilian Journal of Development*, 6(2), 8559-8576.
- Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67.
- Souza, V. L. (2020). Educação prisional e jovens em privação da liberdade: o Projeto de Formação Inicial e Continuada proposto pelo Campus de Belford Roxo, do Instituto Federal do Rio de Janeiro–IFRJ–CBR. *Revista Sítio Novo*, 4(1), 302-310.

Apêndices

Apêndice A

Policial Penal 1	Estado: MG	Sexo: F	Idade: 29 anos	Tempo de atuação: 6 anos	Formação: Direito
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	------------------------------------	-----------------------------

Entrevistadora: Há quanto tempo trabalha como Policial Penal?

PP1: Há 6 anos.

E: Qual motivo que a levou para essa área?

PP1: Por ter a formação em Direito, sempre gostei da área penal, meu objetivo era prestar concursos. Quando prestei o concurso ainda era agente penitenciário. O termo agente penitenciário e policial penal está em transição, não temos a lei orgânica, a PEC que foi aprovada há pouco tempo. Estamos em transição, são utilizadas as duas nomenclaturas. O salário em MG permaneceu o mesmo. Nós não constávamos dentro da Constituição, no rol das policiais, só policial militar. Receber o nome de policial penal, na prática, não mudou nada ainda, porque não tem uma lei orgânica definindo as atividades, obrigações, restrições... Na prática, não mudou nada ainda. Trabalho num Centro de Remanejamento, quando a pessoa é presa ela vai para esse centro de remanejamento, surgindo a vaga na penitenciária ocorre a transferência. Às vezes sai com alvará. Considero o trabalho tranquilo, lido bem com isso, nunca tive medo e não acho arriscado da forma como as pessoas que estão de fora enxergam... arriscado é, mas não enxergo da forma como as pessoas enxergam. Elas acham que é um terror psicológico muito grande, você está sendo ameaçada o tempo todo. que vai ter medo de sair na rua encontrar com o preso. e na prática a gente acostuma a lidar com aquilo ali... é natural. No início da carreira houve dificuldade para se adaptar? A adaptação foi com os colegas de trabalho, quando a gente entrou a maioria era contratado, eram poucos os efetivos, quando entramos os contratados tiveram que sair porque os efetivos estavam chegando. Para passar o serviço e mesmo no tratamento, foi difícil conseguir chegar, essa foi a única dificuldade que eu tive. No trabalho em si, nunca senti dificuldade.

E: O Centro que você trabalha é feminino, misto ou masculino?

PP1: Masculino.

E: Como é o relacionamento?

PP1: Como lá é Centro de Remanejamento, acontece que o preso chega e ele não teve nenhuma passagem pelo sistema prisional, ele não sabe como funciona, chega ali querendo botar banca, você pede para fazer um procedimento, eles não querem. Quando você está numa penitenciária, eles já se adaptaram à forma, aos procedimentos. Eles sabem que é melhor fazer o procedimento do que ficar batendo de frente. Então, tem essa certa dificuldade: ao chegar, eles tentam muito fazer gracinha, não aceitou a condição deles ainda, então, tem um pouco de falta de respeito, sim, mas a gente tem que se impor, né?

E: Como é esse vínculo com a pessoa, qual tempo que você fica em contato com o preso, como é sua visão dessa pessoa?

PP1: Depende muito do setor em que você está. Hoje, estou no setor de admissão. Na hora que o preso chega, a gente confere os dados, tira a foto, faz algumas perguntas pessoais, característica física. Nesse momento que ele chega até ir para a galeria, em torno de uns cinco minutos ou um pouco mais quando é um preso novato e tem muitos dados pra cadastrar, mas o contato com cada preso é em torno disso.

E: Depois você não tem mais contato com o preso?

PP1: Não, só quando tem que ir na galeria, mas a gente não vai até o final por ser masculino, para evitar problemas, até a parte inicial que a gente chama de “gaiola” a gente vai, às vezes, o contato é o preso estar passando no corredor, o contato mesmo maior é na hora da admissão.

E: Quem tem que cuidar dos presos são agentes masculinos?

PP1: Sim, o pessoal da carceragem são policiais penais. O mesmo nível, a mesma carreira.

E: Como você vê as atividades dos carcereiros?

PP1: O contato que eles têm é muito mais estressante, é um contato bem maior, e por ser de remanejamento tem a dificuldade que falei de adaptação, uma dificuldade maior para lidar com esse preso porque não aceitou a condição. A maioria, a gente já sabe que sai e volta, já teve casos de sair num dia e voltar no outro.

E: Por que eles voltam?

PP1: É o natural da vida deles, foi aquilo ali que muitos aprenderam. Eu tenho essa visão que nem tudo é culpa do recluso, a sociedade e o Estado também têm parte nisso. Por mais que a gente tá ali dentro, a gente tem esse contato que muitas vezes é estressante, eu tenho essa visão ampla de que não, não é um fato isolado eles estarem ali, é todo um contexto. Então é assim, o que eles aprenderam. Às vezes, em casa, eles aprenderam, não tiveram quem ensinasse o contrário, não tiveram condições. Às vezes, gostam mesmo e acaba que é tão natural que eles se orgulham daquilo ali, não é algo pra eles vexatório. Como se fosse bacana!

E: Você acha que existe uma possibilidade de mostrar um outro caminho pra eles?

PP1: O Estado, primeiro, tem que querer, mas ele não quer. O Estado priva muito o recluso na ressocialização. Hoje, se você quiser trabalhar, ir pra uma PAC, é muito difícil, muitas vezes é comprada essas transferências para PAC ou para unidade que tem trabalho. Não é dada a oportunidade, pelo menos não ampla pra ressocialização.

E: Podemos pensar, então, que é uma minoria que tem condições de se ressocializar?

PP1: Sim.

E: E você acha que é o Estado que deveria investir mais nisso? Ou mesmo o agente é capaz de identificar o preso que tem potencial, você acha que é possível isso?

PP1: Na verdade, tem essa tentativa, por exemplo, a unidade onde eu trabalho, ela é provisória, não tem remição pelo trabalho, mas tem as demandas das unidades, pagar alimentação, faxina, sempre são escolhidos alguns pra isso. Mas um trabalho de inteligência, colocar uma pessoa que se adapte melhor, só que não é feita a remição porque não são presos condenados, mas é feito esse estudo antes de colocar a pessoa no trabalho. O policial penal desenvolve o papel dele, mas não tem estrutura, o Estado não

dá estrutura.

E: Você considera que faz parte da atividade do policial penal ajudar na ressocialização do preso, mas como o Estado não ajuda, não dá recursos, vocês ficam limitados?

PP1: Exatamente.

E: Você acha que seria através do trabalho essa ressocialização?

PP1: Pra mim, a única forma, trabalho e estudo. Porque a ressocialização, ela tem que girar em torno de uma mudança de conceito daquele indivíduo. Enquanto tiver o conceito de criminoso, de bandido, e uma visão de que aquilo ali é bacana, ele não vai ser ressocializado nunca. E, como ele vai ter essa mudança de ponto de vista, senão através do conhecimento intelectual ou do trabalho manual reconhecido?!

E: Você precisou de algum tratamento após ter ingressado nessa profissão? Percebeu-se mais estressada, etc.?

PP1: O estresse se dá através da discordância de procedimentos. Ordens que vêm de cima que a gente não concorda, isso gera um estresse muito grande na gente, a sensação de impotência, de ver algo que você discorde mas você não pode fazer nada.

E: Você responde pra quem?

PP1: Diretor de segurança e diretor geral. A princípio, para o diretor de segurança, e acima dele, o diretor geral da unidade.

E: Esse contato com o diretor de segurança é constante?

PP1: É bem tranquilo, mas depende do diretor que está no cargo. Já tive diretores que eu não tinha muito contato. A direção atual é bem flexível.

E: A formação desse diretor é o Direito?

PP1: Esse, especificamente, é Direito, mas tem casos que são outros cursos. Já tive diretor que não tinha formação em nível superior, por causa dessa transição que ainda não está regulamentada, mas daqui pra frente tende a ter curso superior.

E: Essa ressocialização depende muito do Diretor?

PP1: Na verdade, o diretor tem que correr atrás de algumas coisas. Mas ele também é bem impotente com relação à estrutura. Nós temos aqui em BH uma unidade feminina, Estevão Pinto, é uma unidade modelo e lá o trabalho é bem amplo em prol dessa ressocialização.

É complicado pra quem trabalha como policial lá porque não tem muita autoridade. Por ser unidade modelo, muitas coisas você tem que deixar passar por estar visando uma imagem da unidade. A unidade em si é bacana, o trabalho lá é de forma ampla, tem várias oficinas que elas conseguem trabalhar, não são tantas presas, é menor o público feminino, elas conseguem ter esse trabalho. É uma unidade bacana de ressocialização, só que acaba perdendo um pouco da disciplina, o poder do policial lá é minimizado.

E: Por que ele perde esse poder?

PP1: Uma ação disciplinar que deveria ser aplicada à presa não é aplicada, a falta de respeito das presas muitas vezes não é corrigida, esse tipo de situação. Como o cargo de direção não é livre de exoneração, o diretor acaba ficando refém de se manter no cargo. Muitas vezes, eles não fazem o certo de disciplinar, tendem a querer se manter no cargo, acabam deixando passar muitas coisas que não deveriam.

E: Na sua visão é função do policial Penal a ressocialização do preso?

PP1: Na verdade, não. O policial penal trata mais da questão da segurança mesmo. A ressocialização vai ser uma assistente social, um professor de algum curso específico, o instrutor de algum trabalho. O policial penal vai ficar só mesmo na vigilância, ele não vai ressocializar em si.

E: Devido a poucos assistentes sociais, não ficaria muito limitado? Quantos assistentes teriam para todos os presos?

PP1: Fica, fica bem limitado. Tem o núcleo de assistência à família, quando o familiar vai até o NAF - Núcleo de Assistência à Família, e requer e justifica porque o recluso e a família necessitam desse atendimento de assistência social e aí é feito esse atendimento. Então, é bem limitado esse acesso. Numa unidade, eu não saberia dizer, mas deve ter em torno de umas cinco assistentes sociais. Na prática, fica impossível para o policial penal tratar a questão da ressocialização, o que a gente chama de ressocialização naquele momento do nosso trabalho é tentar tratar o preso de uma forma digna, mas não deixando de impor a disciplina. O que a gente tenta trazer de ressocialização é isso, tratar o preso de uma forma digna, mas impondo a disciplina, e isso é bem difícil de fazer, então é isso que a gente consegue trabalhar na questão de ressocialização.

E: Evitar o regresso do preso ao sistema hoje não existe nada muito efetivo, a maioria volta ao sistema?

PP1: Sim a estatística é bem baixa dos que não voltam.

E: Existe uma esperança do sistema mudar e de um dia esse preso ter mais oportunidade? Você vê isso sendo possível?

PP1: Acho bem pouco porque tudo tem que começar para a mudança de pensamento tanto da sociedade como do Estado, é mais difícil, a gente percebe hoje em dia que a gente tá tendo um retrocesso de pensamento. Se antes a gente trabalhava em torno da ressocialização, trabalho, estudo pra pessoa ser reintegrada a sociedade a gente tá tendo um regresso na forma de pensamento.

E: Você acha que piorou?

PP1: O preso voltou a ser tratado como "bandido bom é bandido morto", a verdade é essa. A gente tá tendo um retrocesso, e antes, muitas vezes, a sociedade tinha receio ou vergonha de expor essa opinião, hoje, se tornou uma questão muito natural, normal. Foi dado um apoio a esse estigma e esse preconceito, então acho que estamos tendo um retrocesso de pensamento. O que a gente nunca vai conseguir mudar nada lá na frente, que é a questão da ressocialização.

E: Você considera que a sociedade também é responsável por isso?

PP1: Muito responsável, tanto quanto o Estado.

E: Como você sente que a sociedade vê a sua profissão?

PP1: A sociedade não vê minha profissão com bons olhos, a segurança toda é estigmatizada, a sociedade ainda vê a gente como aquelas pessoas que fazem o serviço "sujo" que ninguém quer fazer e a gente ainda faz de uma forma ruim porque, pra sociedade, a gente tá ali pra bater no preso, torturar o preso, ainda tem essa visão. Ninguém quer o preso na rua, mas o preso ali dentro a gente tá maltratando o preso. Não é reconhecido nosso trabalho, e não acho que vai ser algum dia de uma forma bacana, mas acho que tende a melhorar.

E: Você pretende ficar na profissão?

PP1: No momento, estou trabalhando em outros projetos, mas minha intenção é fazer

outros concursos, ter aumento salarial, também, entendeu? De nível superior porque atualmente aqui é nível médio à polícia penal. Pretendo fazer um concurso a nível superior.

E: Você indicaria para seus filhos quando ficarem mais velhos, ingressarem nessa carreira?

PP1: Acho que sim, se for para escolher, tem carreira melhores, mas eu não acho que seja uma carreira ruim. Se os meus filhos quiserem fazer, eu vou apoiá-los.

E: Hoje é você que sustenta a casa com o seu salário de agente?

PP1: Sim.

E: Tem algo que você gostaria de falar, que seja importante, que eu não te perguntei, pensando na questão de como vocês se veem enquanto agentes?

PP1: Você fez uma pergunta de como a sociedade nos vê, mas a questão também é como a gente se vê perante a sociedade. Eu falo muito com as pessoas que eu trabalho, a questão da nossa profissão, nós somos mal vistos dentro da área de segurança, a gente não é reconhecido e essa transição de policial teve dificuldade de aceitar. O que falta pra gente é autoestima, a gente não se enxerga como importante e não tem como as outras pessoas nos enxergarem como importantes. Nosso plano de carreira é pior que Polícia Militar e Polícia Civil de MG. Mas a gente não tem uma lei orgânica ainda, é o que está sendo trabalhado, a gente vai mudar nosso plano de carreira. Mas a pessoa que está dentro do sistema prisional, ela se enxerga inferior do que o policial civil ou militar. Eles têm um tratamento diferenciado com a Polícia Civil e Militar e, com o colega, ele não tem. A questão da nossa profissão além de tudo isso que foi dito: gente não tem autoestima e precisa ser trabalhada.

Apêndice B

Policial Penal 2	Estado: MG	Sexo: M	Idade: 36 anos	Tempo de atuação: 11 anos	Formação: Técnico em Informática
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	-------------------------------------	--

E: Qual denominação da sua atividade?

PP2: A denominação é Policial Penal, mudança ocorrida por uma lei federal: cada Estado agora está responsável por fazer suas leis orgânicas. Na função desde 2009, dezembro faço 11 anos.

E: Como você ingressou na carreira?

PP2: Aqui em MG existia um processo seletivo, entrávamos por contrato por tempo determinado, houve o concurso e eu efetivei. Tenho um pouco mais de cinco anos efetivo.

E: Houve algum benefício de ser concursado?

PP2: Carreira, principalmente, a questão financeira

E: Como você vê sua profissão?

PP2: Minha profissão hoje é de suma importância.

E: Você considera que as pessoas reconhecem essa importância?

PP2: Eu trabalho no interior, já trabalhei em quatro unidades só no interior. Tem cidades que somos super bem recebidos, bem vistos. Porém há outras cidades que que não.

E: Você acha que quanto menor a cidade maior o respeito?

PP2: Não. Acho que é mais cultural mesmo. O serviço é complicado, a gente mexe com a escória, muitos locais é muito cultural da cidade, não tem a ver com o tamanho.

E: Quando você falou escória, como você vê isso?

PP2: Em 99% dos casos, o camarada para estar lá, ele tem culpa, não tem aquela pessoa gente boa demais, não. (Risos).

E: Mas você consegue entender porque ele está lá? Você acredita que ele possa sair desse sistema?

PP2: Isso já não é tanto a nossa função. No sistema prisional mineiro existe o corpo técnico para identificar mais essas situações. A nossa função é mais segurança mesmo, unidades pequenas, entendeu?

E: Quem é esse corpo técnico?

PP2: Tem psicólogo, assistente social, médico, enfermeiro.

E: Um para cada unidade prisional?

PP2: Onde estou hoje, sim, mas já trabalhei em local que tinha dois psicólogos, duas assistentes sociais.

E: E qual opinião desses profissionais, tem como resgatar a pessoa, ressocializar?

PP2: Eu não sei te informar. Na grande maioria, é sigiloso, só a parte técnica tem acesso aos relatórios.

E: Vocês ficam só com a questão disciplinar mesmo? E você acha que por você ter mais contato com o preso, você teria mais condição, de repente, de identificar algum potencial ou até algo negativo do preso?

PP2: Sim, conseguimos talvez muito mais do que um técnico, a gente tá lá no convívio deles, então a gente vê coisas que eles não passam pro técnico.

E: Nesses 11 anos, você já deve ter visto muita alguma coisa ou até ter vivenciado uma rebelião. PP2: Sim, já trabalhei numa unidade que a gente falava que era uma panela de pressão.

E: E como é trabalhar nesse ambiente?

PP2: Eu sou suspeito para falar, eu gosto dessa situação, eu apaixonei com a profissão, sou suspeito, mas é interessante ver as reações, muito legal.

E: Como você se vê como agente?

PP2: Eu me vejo como um bom profissional, humano, eu converso, que não covardia ninguém o que é direito dele é dele, o que é direito meu é meu, eu vejo muito esse lado humano.

E: Isso é necessário no agente?

PP2: No meu modo de ver e como eu fui criado, sim.

E: Você vê colegas não fazendo isso?

PP2: Sim, direto, a gente vê “nego” covardeando, muita coisa... eu gosto de ver, e não é só do nosso lado, por exemplo, o cara é o chefão, na hora do “pega pra capar” o cara é um “gatinho”, é um leão dentro da jaula, na hora que solta é um gatinho. (Risos). A progressão de uso de força, nossa, é bem desproporcional à deles.

E: Em termos de armamentos, vocês hoje estão mais bem equipados?

PP2: Sim, temos muito coisa de autoproteção, que não os machuca, digamos assim. Por exemplo, solta uma granada de efeito moral, aquela fumaça, aquele estouro, assusta o camarada. Já teve situação de pegarmos pessoas que fizeram xixi na roupa... (Risos).

E: O fato de ter dado o nome de policial penal, deu uma identidade para o agente penitenciário?

PP2: Dentro desses mais de 10 anos que tenho, na nossa região, eu não posso falar mal, não, a gente sempre foi muito bem equipado.

E: Mas posso pensar que mesmo no Estado de Minas existem muitas realidades diferentes?

PP2: Sim, porque existe a subdivisão de regiões. Trabalhei numa cidade a 100 km de Abaeté, lá já é outra realidade. Trabalhei numa outra cidade a 50 km daqui, é outra realidade... É cultural, é de cidade mesmo, como é a cultura da cadeia lá dentro mesmo.

E: Essa cultura é dos presos, dos agentes, da sociedade?

PP2: É dos antigos mesmo, os presidiários antigos, digamos assim.

E: Quem é o seu superior hoje?

PP2: É o diretor do presídio.

E: Você se sente valorizado pelo seu superior? Como é esse contato?

PP2: Eu comecei a minha carreira aqui em Abaeté, fui para outras unidades, agora eu voltei e, entre aspas, eu estou novato aqui de novo.

E: E quando você sai da cidade, vai com toda a família?

PP2: Agora você entrou num assunto complicado... (Risos). Tenho três filhos, todos de mães diferentes e sou casado com uma quarta mulher, que não tenho filho com ela. Na verdade, eu sou de Dores do Indaia, que é vizinha de Abaeté, e minha mulher é de Abaeté. Um dos filhos mora comigo.

E: Sobre a remuneração do policial penal, houve melhora de salário? PP2: Sim, houve sim.

E: Você é o único da sua família que está nessa área?

PP2: Sim, sou o único.

E: Deixaria seus filhos seguirem a carreira de policial penal?

PP2: Sim, deixaria. A carreira é super legal, a gente tem que ser profissional, não só na minha área, em qualquer área.

E: Você gostaria de falar algo sobre sua profissão?

PP2: Quando eu efetivei eu fui para uma outra unidade, era uma unidade nova com dois anos. Me deparei com colegas que tomavam medicamentos. Pensei, "caramba eu estou com 5 anos de sistema, nunca precisei de nada!".

E: Você me parece ser uma pessoa tranquila, mas não é o que você vê, no geral? Como você vê o agente/policial penal hoje? Olhando para seus colegas e todas as unidades que você já passou?

PP2: É, tem muita gente acelerada... Estresse tem bastante...

E: Você pode dizer que é por um sistema violento?

PP2: Posso dizer que essa experiência que eu tive com essa "galera" que já tomou medicamento, não só pelo fato do trabalho, de ser na unidade prisional, mas como te falei, eles estão em contrato, gera aquela ansiedade, vai terminar, é passageiro... tem outras questões também...

E: O que mais você poderia me falar? Você acha que a sociedade te reconhece?

PP2: Claro que sim, alguns admiram, outros não...

E: E o preso?

PP2: Como eu já tive bastante experiência, já tive vários tipos de contatos com os presos, preso gente boa, preso gente ruim, preso que já me falou que quando estiver na rua ninguém chega perto da minha casa, "fica tranquilo"... Igual eu te contei, a gente tem que ser profissional, o que é dele é dele, o que é meu é meu...alguns profissionais ficam fazendo "corpo mole" pra dar o que é de direito do preso... aí eu falo, "não, a gente tá aqui pra fazer isso".

E: Me dá um exemplo, o que é direito do preso?

PP2: Por exemplo, o banho de sol... tem os horários pré-determinados, um dia ou outro, atrasa... ou fica difícil de fazer. Aí uns falam, "deixa eles sem banho de sol hoje". Não é assim que funciona. Se for o caso ficam mais ou ficam menos. Deixar de dar o direito do preso é f****.

E: Sim... já é uma situação difícil. Como resgatar uma pessoa que, às vezes, está num ambiente degradante, superlotado e ainda o pouco que tem é tirado?

PP2: Eu fiquei numa penitenciária, que eu fiquei encabulado de você falando aí, de superlotação, de preso fazer revezamento para dormir...

E: Então, como resgatar essa pessoa? Tudo bem que tem alguns que não querem sair do crime, mas deve haver uma parcela que poderia voltar para a sociedade como um cidadão do bem?

PP2: Sim, mas aí não é a gente, é a própria governança, o próprio sistema que não dá condição para o camarada...

E: Mas se o sistema desse condição, vocês seriam o "agente" de mudança, de fazer essa ponte?

PP2: Vai muito mais longe do que só o sistema. Uma política... cultural... sei lá.

Infelizmente, não é simples assim. Não adianta a gente fazer um trabalho lindo e maravilhoso lá dentro da unidade prisional, quando ele põe o pé pra fora ele é um cara excluído da sociedade, tem que ter um trabalho fora também, uma política de ressocialização não só dentro da unidade, mas fora. Nós já fazemos a nossa parte, quer queira ou não, um ou outro, vamos dizer assim. Um camarada primário que nunca teve

esse tipo de experiência vai lá uma vez e tem gente que não volta não, mas é um a cada cem... (Risos).

E: Ah! São poucos...

PP2: Muito pouco, é um percentual, vamos dizer do camarada que sai fora do crime, o percentual é muito pouco... A nossa realidade de interior é muito diferente. Graças a Deus é muito tranquilo...

E: Você se sente privilegiado?

PP2: Sim, vejo dessa forma também, mas a gente é privilegiado em algumas e tiram o privilégio em outras...

E: Me dá um exemplo...

PP2: Mas aí já é politicagem... (Risos).

E: Existe muito isso, né?!

PP2: Nós somos uma unidade pequena, então não é tão visto, como uma unidade grande, numa penitenciária.

E: Você quer falar algo que eu não tenha te perguntado?

PP2: Não é isso mesmo. O sistema “prisoneiro”... (Risos).

E: Você se sente, às vezes, prisioneiro desse sistema, por estar lá dentro?

PP2: Existem muitas “politicazinhas” internas...

E: E de onde vem isso?

PP2: É como eu te falo, são realidades diferentes, eles adequam as regras, as leis como um todo. Caramba, eles fizeram uma lei que se adapta a só uma penitenciária que tem 500, 600 policiais penai. Aqui nós trabalhamos com 50, lá existem grupos para tudo, aqui a gente é um grupo que faz tudo, a gente tem que adaptar, mas não tem que inventar moda, faz o que a gente dá conta... É coisa do sistema “prisoneiro” mesmo... (Risos) Mas eu digo, dentro da minha unidade hoje, se vcocê fosse fazer uma pesquisa de campo lá, vai ter muita gente satisfeita, igual a mim....

Apêndice C

Policial Penal 3	Estado: AC	Sexo: M	Idade: 37 anos	Tempo de atuação: 18 anos	Formação: Direito
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	-------------------------------------	-----------------------------

E: Quanto tempo você tem de agente penitenciário?

PP3: Meu RG funcional é o ⁷*, é uma honra, sou o ⁸*a ser credenciado como agente penitenciário no estado do Acre, efetivo. E no sistema, somando o tempo em que eu era temporário, estou há 18 anos. Fiquei um ano no Exército e passei para a PM e fui lotado para trabalhar em presídios. Esse concurso para PM era temporário, até que saiu o concurso para o agente penitenciário efetivo em 2008. Trabalho no sistema penitenciário desde 2002. O PM temporário ganhava menos, o cargo de agente penitenciário foi criado no Acre por causa disso, se dependesse do governo até hoje

⁷ retirado do texto para manter o anonimato do entrevistado.

⁸ retirado do texto para manter o anonimato do entrevistado.

teria PM temporário que era mão de obra barata, funcionava como “curral eleitoral”, tem toda uma política nesse meio.

E: Então você está no sistema desde 2002 e concursado após 2008?

PP3: Isso mesmo!

E: Qual o nome do cargo no Acre?

PP3: Ano passado foi aprovada uma emenda Constitucional que transformou os cargos de agente penitenciário em policial penal. Por exemplo, SP e RJ existia a figura do policial civil, cargo que, gradativamente, foi extinto. Existia o cargo do carcereiro policial civil, os chefes de polícia civil não achavam essa atividade penitenciária essencial da polícia judiciária, eles viam como desvio de função, foram desvinculando o cargo da carreira de policial civil e foram criados institutos, secretarias, em SP, por exemplo, Secretaria de Administração Penitenciária com 170 presídios com mais de 280 mil presos. Eu conheço um pouco de cada sistema porque sou ^{9*}, já estou nessa federação há 10 anos. O Acre é um Estado pequeno, temos sete unidades prisionais, um efetivo carcerário de, em torno, 6.500 presos para 1.200 servidores. É claro que nem todo esse pessoal está na escala de serviço, tem funções administrativas, técnicas, no mínimo, 10% está de férias, tem licença médica, licença prêmio, a cada cinco anos tem o direito de tirar três meses seguidos de férias. Quando eu entrei no sistema penitenciário existia em torno de 650 presos no sistema. Sempre falo nas minhas entrevistas que a única coisa que aumentou no Acre foi o crime organizado. Fui um dos primeiros a denunciar a chegada de facções de outros estados, por exemplo, SP foi o exportador do PCC. Existe um blog chamado Agepenac, tem mais de 3.500 textos sobre sistema penitenciário no Brasil e o grupo da Fenaspem no Facebook, apesar de estar perdendo um pouco de acesso, o mais visível hoje é o Instagram, onde temos 17 mil policiais penais de diversas partes do Brasil. Publicamos coisas atuais, falamos sobre o Coronavírus, as péssimas condições de trabalho. Nossa profissão é reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho como a segunda mais estressante e perigosa do mundo. Todo mundo pergunta "qual é a primeira?". A primeira são os mineiros que trabalham em subsolos a cerca de 2 km abaixo da terra.

E: E como você vê a sua profissão?

PP3: Varia de estado para estado, mas os problemas são os mesmos. Faltam políticas públicas para o sistema penitenciário, a omissão dos governantes, dos gestores... Tanto em relação aos servidores, aos policiais em si, aos servidores administrativos, servidores da área de saúde e até aos próprios presos. Eu hoje estou com 37 anos, peguei o início dos anos 90... Você via muito aqueles filmes policiais estilo Rambo. Só que o policial verdadeiro no Brasil, ele é mais do que um super-herói, também não pode cometer abusos. Muitas vezes, isso é propagado nas redes sociais, através de símbolos, até canções ou vídeos, mas eu não concordo, não que eu seja um defensor de preso, eu estou ali pra cumprir a lei, não tem que fazer pré-julgamento daquela pessoa, nem nada. Transporte, custódia, vigilância... mas tem muitas mazelas do sistema penitenciário, é culpa da falta de gestão, porque o maior fraudador da lei, seja no Acre, Brasília, Tocantins é o próprio Estado porque ele não faz cumprir as leis. As leis de execuções penais dizem que o preso tem direito à assistência integral. Em todos os presídios quando um preso entra, quando é ingressado, ele recebe uma lista do que o advogado dele pode trazer, familiar ou um procurador que ele encaminha para representar os

⁹ Retirado para garantir o anonimato do entrevistado

direitos dele, tem kit de higiene pessoal, um certo tipo de comida que pode entrar, roupas, tipo de sapato, etc. Só que como a lei prevê uma assistência integral, o Estado está cometendo um crime de responsabilidade a partir do momento que ele não fornece aquilo para o preso. Se ele não fornece, o preso, às vezes... Quanto mais humilde e maior a pena, mais fácil dos parentes dele abandonarem ele, nesse momento ele pode ser um agente de interesse das organizações criminosas, porque no momento em que está faltando um creme dental, uma roupa, e a facção criminosa fornece, ele começa a ter uma dívida altíssima que quando ele sai, ele vai ter que pagar. Isso se torna um círculo vicioso quase infinito. A polícia penal em um ano conseguiu desativar mais de uma dezena de presídios por causa de mecanismos de reinserção social, de trabalho, estudo, porque, na verdade, eu trabalho com o produto final da... (Caiu a conexão). Toda essa falta de planejamento estratégico do sistema penitenciário que agora é polícia penal. A polícia penal é uma instituição nova, mas tem algumas ideias antigas. Foram quase 15 anos de luta para aprovar a polícia penal, uma polícia especializada para as unidades prisionais porque o Brasil chegou num momento onde o escritório do crime estava dentro dos presídios. A mudança para policial penal não é só questão de nomenclatura, e sim de atribuições de prerrogativas. O Acre foi o primeiro estado do Brasil a atualizar sua constituição estadual, cada estado tem que atualizar o seu ordenamento jurídico estadual para se adequar à polícia penal. Por exemplo, SP ainda não foi aprovada essa atualização na Assembléia Legislativa, está em discussão, só quem virou policial penal foi o antigo agente penitenciário e os cargos equivalentes, SP tem uma divisão grande dentro do sistema... (Caiu a conexão). Em SP, tem duas categorias dentro do sistema diferenciadas. Há uns 20 anos, foi feita uma divisão das atividades do sistema penitenciário paulista em virtude da complexidade existente. Os agentes penitenciários trabalham só internamente e externamente é o agente de escolta e vigilância penitenciária, são os responsáveis por fazer os deslocamentos externos de presos, mas são servidores efetivos, não tem temporário no estado de SP. Já no RJ, o agente penitenciário leva a nomenclatura de inspetor penitenciário; em Brasília, agente de execução penal; em alguns estados vai ter o oficial de execução penal, como no MS, então essa transformação na polícia penal dos agentes penitenciários e os seus cargos equivalentes, por causa da diferença de nomenclatura. A principal mudança da polícia penal foi a constitucionalização da carreira porque antes nós só tínhamos previsto em leis estaduais. Polícia Penal no 144, órgão de segurança da constituição federal, os estados vão ter que se adequar, nomenclatura única Polícia Penal. Deixamos de ser um servidor administrativo, que tinha o porte de arma, e hoje somos policiais de fato e de direito. O sistema é nosso, então os policiais civis e militares, e até alguns federais, por exemplo, sistema penitenciário do DF, e também o departamento penitenciário federal, têm vários policiais federais lotados lá que irão voltar gradativamente para suas instituições de origem para até melhorar o atendimento da instituição dele com a população. O policial hoje do sistema penitenciário é o policial penal, ele ganhou prerrogativas de investigações, de fazer policiamento, de participar de operações policiais com outras polícias, fora do presídio. A autoridade do policial penal não se restringe ao perímetro das unidades prisionais. Ele é um policial 24 horas igual a um policial civil, militar, rodoviário ou policial federal. Nas nossas identidades funcionais, temos o porte livre e o livre acesso aos estabelecimentos públicos ou privados sujeitos à fiscalização da polícia. Para o servidor não foi só a questão de mudar o nome, foi questão de adequar todo um ordenamento jurídico, passar uma garantia maior para o

servidor que virou policial por causa do combate às facções. Vou te passar reportagens que já estão em torno de seis anos que eu comprovei que meia tonelada de drogas entrava nas unidades prisionais do Acre durante um ano. Essa entrevista foi bem polêmica, agora, você imagina em outros sistemas que têm uma população carcerária maior? Essa entrevista, na época, eu fiz para criticar o governo e os gestores, que eles não faziam investimento em scanners corporais. Hoje, quase todas as unidades do Acre já têm scanner corporal e, as que não têm, têm aparelho de raio-x, mas o ideal é o scanner corporal. Em cinco segundos, ele faz uma avaliação completa do corpo da pessoa sem criar nenhum tipo de constrangimento porque a revista pessoal era realmente um mal necessário. Criava um constrangimento para a visita e quem está pagando pena é o preso e não o familiar, parente, amigo ou advogado que irá visitá-lo. Por isso que eu sempre defendi tecnologias para a qualidade dos serviços e para segurança. Em São Paulo, metade das unidades prisionais... foi o primeiro Estado que começou a colocar celas automatizadas, não depender do servidor para abrir e fechar... tanto é que como eles são pioneiros, hoje o

governo federal pediu a tecnologia de São Paulo para colocar nos presídios federais, onde as trancas são manuais. Daí você tira como o negócio era desorganizado, governo federal que era para dar exemplo teve que pedir para São Paulo... por que São Paulo foi o pioneiro? Porque São Paulo sempre teve a maior população carcerária do país, e nem sempre tinha orçamento para contratação de servidor para abertura de concursos, para formação que demora. Na época, um agente, um dos diretores, que até faleceu num acidente de trânsito, indo pra Brasília, foi o Daniel Grandolfo. Ele teve essa ideia das trancas automatizadas, ele pegou um servidor que era engenheiro elétrico, fez os primeiros rascunhos... e essa coisa foi crescendo... tem consigo um vídeo da época justamente dos primeiros presídios onde colocaram essa tecnologia em São Paulo. Por que trancas automáticas? Questão da segurança, diminuir o contato do servidor com o preso, diminuir casos de corrupção, já que o servidor não está entrando o tempo todo na galeria... Eu sempre defendi que presídio tem que ser que nem um Big Brother: lotado de câmeras. No sistema penitenciário federal, por exemplo, algumas unidades têm 500 câmeras, mas que não pegavam áudio, aí os servidores botavam dispositivo no cinto que gravava áudio para ver o que estavam conversando com os presos. Alguns servidores achavam uma espécie de assédio moral, tá ali grampeando o servidor, só que concordaram que aquilo era uma prova de lisura de quem trabalhava corretamente. Essa questão de corrupção existe, é um percentual pequeno, mas uma realidade que tem que ser combatida, né? É um mal que tem que ser combatido... o mal policial penal agora, né?

E: E como fica o contato com o preso?

PP3: Diminui. Por exemplo, o preso tem direito ao banho de sol diário, então, ao invés de ir lá um servidor e abrir, ele aperta um botão numa central de segurança que faz esse deslocamento, diminui um pouco o contato, não zera. Em alguns presídios mais modernos, eles copiaram esse sistema que são de dois pisos, o servidor fica no segundo piso e o preso fica embaixo, o servidor acompanha de cima o deslocamento do preso. Armamentos menos letais que são a munição de borracha a taser que dá choque... Tem toda uma política de Direitos Humanos, de organismos internacionais. De arma de fogo só em último caso na parte interna. Por parte de direitos que são previstos na lei de execução penal... é uma lei muito bonita... criada no final da ditadura... via muito o preso político, aquela pessoa que protestava por direitos sociais, por garantias...

denúncias de torturas e maus tratos, sendo uma vítima do sistema político da época, é uma lei que prevê... Vou resumir como uma assistência integral. Isso engloba a assistência religiosa, assistência material... (caiu conexão da internet). A partir do momento que o Estado solicita esse direito para os presos, aí começa a mão das facções criminosas que desafiam o poder público e a sociedade, da mesma forma que os governos sonegam o direito aos antigos agentes penitenciários que hoje são policiais penais.

E: Que tipo de direitos você se refere?

PP3: Por exemplo, aqui no Acre, tem pavilhões que têm 280 presos e têm apenas quatro servidores para tomar conta desses presos, é uma desproporção absurda. As recomendações internacionais e nacionais até do próprio conselho nacional de política penitenciária e criminal é que para cada 4 presos tenha um policial penal. No caso, na época, a nomenclatura era agente penitenciário, nenhum sistema cumpre isso, tem poucos servidores para uma população carcerária gigantesca que só cresce. Muitos presídios são como masmorras medievais, o grau de insalubridade é máximo, uma cela, por exemplo, 3x2, ou uma cela individual, tem 7 presos. Tem vídeo de cadeias públicas que é para ter 20 pessoas e tem 80 na cela. Até o delegado nessa entrevista é bem irônico, ela viralizou, e ele diz o seguinte: "Se tem 80 é porque cabe 80, e eu trabalho com isso porque o Estado me dá, o Estado que tem que providenciar uma estrutura maior". Só que quem perde é a sociedade, o servidor. A questão da insalubridade... tem presídios que têm esgoto a céu aberto... falta de higiene... existem varas de execução penal... o Ministério Público só que o presídio é um local esquecido pelas autoridades, pelos governadores porque preso não vota. Se preso votasse, ia ser um preso por cela... tudo bonitinho, ia ter acesso à saúde, educação, trabalho. Parte dos sistemas penitenciários não possui o número de vagas suficientes para a quantidade de presos que existem. Por exemplo, não temos uma estrutura que dê para colocar em dois ou três turnos professores em salas de aula de modo seguro para ensinar os presos, nós não temos estrutura. "Opa, o preso está ocioso, vamos fazer o seguinte, ele vai trabalhar internamente". Aqui no Acre, uma das maiores despesas que temos no orçamento do sistema penitenciário da polícia penal é com a alimentação dos presos. Eu sempre critiquei isso e critico porque é uma empresa que ganhou um contrato que é maior que um prêmio da Mega Sena. A primeira empresa ficou no sistema quase mais tempo do que eu, ficou 20 anos, agora que ela veio perder uma licitação, depois de duas décadas, e movimentam quantias surreais. Eu sempre falei que a alimentação dos presos, os próprios presos tinham que produzir, o presídio tinha que ser autossustentável, mas gestores ainda não escutaram a voz de sindicalistas como eu, como os outros que lutam por melhorias no sistema. Essa despesa com alimentação é absurda e se tivesse feito um estudo, um planejamento estratégico, não teria um gasto tão grande em alimentação de preso. Você imagina São Paulo, quantos milhões para manter mais de 280 mil presos? Se você pegar o custo de um aluno no ensino fundamental, hoje, o Estado gasta 5% do que gasta com o preso comum, se for para um presídio federal ainda é mais caro. Há uma inversão de valores... Não é só criar presídios que irá resolver o problema da sociedade com os criminosos: tem que investir em políticas sociais, geração de empregos, renda e qualidade de vida. O crime organizado chega na favela, no morro, numa invasão porque ali tem a ausência do poder público, são os espaços segregados da sociedade. Se acontecer uma morte, um estupro, um roubo, como é retratado na Cidade de Deus, como em outras unidades, onde o narcotraficante, o chefe da facção, ele

começa a fazer um trabalho social entre aspas para ele ter uma simpatia da comunidade, uma cortina de fumaça para as barbaridades que ele comete lá mesmo. Por exemplo, tem líder de facção que ele manda roubar uma carreta de arroz de 30 toneladas e distribui na comunidade dele. Uma semana antes do Dia das Crianças, ele mandava roubar um armazém de brinquedos e distribui na comunidade dele, vê se na comunidade dele tem policiamento 24 horas, tem posto de saúde, tem escola, tem área de lazer, se tem políticas voltadas para o esporte, que é um dos principais meios de combate às drogas e ao crime, a ocupação do jovem no esporte... Muitas séries televisivas, seja no Brasil ou em outros países, têm uma inversão de valores. Eu cito muito, nas vezes que vou em algumas palestras, até aqui... tem uma comunidade terapêutica que, às vezes, eles me chamam... têm uma inversão muito grande no filme *Velozes e Furiosos* que eles começaram ali roubando cargas e carros, roubavam para manter o carro deles, para ter carros esportivos que são o sonho de consumo... Os carros que aparecem ali são carros do preço de Ferrari ou Lamborghini por causa das modificações nos motores que eles fazem e ali eles demonstram mesmo que a modificação é real. Nesses filmes só aparecem pessoas bonitas, homens altos, sarados. Geralmente, o criminoso é negro ou então uma etnia como mexicano, jamaicano; os bonzinhos são loiros, altos, de olhos azuis, mulheres brancas saradas, você vê que tem uma inversão de valores muito grande, que as pessoas estão torcendo para os criminosos, não para os policiais. Agora você imagina isso para uma criança que não tem uma estrutura familiar adequada, onde mora numa zona de risco... ela vai querer ser o policial ou vai querer ser o bandido para ter uma moto potente, ter um cordão de ouro, para ter um tênis que é quase o meu salário, um tênis que só um jogador de futebol usa, chuteiras caríssimas, óculos caros, patenteados... São valores absurdos. Ela não vai querer o caminho do serviço público, de estudar para trabalhar... esse poder paralelo que existe por falta de planejamento das autoridades... Eu sempre coloco essa responsabilidade nas autoridades públicas, as pessoas que têm o poder de decisão... nos governadores, nos secretários de Estado, nos juízes, nos promotores e, principalmente, nos nossos políticos federais que têm o poder no Congresso Nacional, a Câmara e o Senado. Eles tocam um debate político e um modo que a sociedade brasileira vive através das leis que eles aprovam. Tanto é que, no Brasil, a sensação do operador de segurança pública é de estar enxugando gelo: você prende, a justiça solta. Tem esse jargão equivocado que a justiça solta, mas é que a legislação é falha. Quem faz nossas leis federais, que é de competência exclusiva da União legislar sobre Direito Penal, são políticos que estão envolvidos em “N” casos de corrupção, é claro, que existem muitas pessoas honestas na política. Não só na Lava Jato, não só em outras operações como Satiagraha, em 1997, foi a primeira vez que eu vi uma pessoa de terno e gravata com uma metralhadora na mão aqui no Estado do Acre. Era, então, o delegado Protógenes Queiroz, ele veio prender o Coronel Hidelbrando que ficou famosíssimo pelo crime da Motosserra. Coronel Hidelbrando foi o fundador da PM do Acre, ele e os irmãos se inseriram na política. Na época, não existia crime organizado porque eles eram o crime organizado, mexiam com agiotagem, venda de terra, tráfico de drogas, e quem ia contra eles, eles matavam. Tanto é que mataram o irmão do Hidelbrando e ele cortou com a motosserra o cara que matou o irmão dele. Ele usava de métodos bem bárbaros, que hoje isso se traduz nas milícias, nas atuais milícias. Policiais que vendem segurança, nas horas vagas, nas comunidades carentes, geralmente, vão atrás de micro-comerciantes, de pequenos empresários. A viatura fica parada o dia inteiro, não atende o 190. Quando você vê que tem uma viatura

parada perto de uma padaria, supermercado, o dia inteiro, é porque aquela galeria pagam para os policiais fazerem isso. Muitas vezes, na própria cara de pau, eles ficam fardados, armados, ao invés de estarem atendendo à população, estão usando um serviço. Eles privatizaram um serviço público, e isso, com a conivência do superior dele... "Tropa de Elite" retrata bem essa parte: se existe um mal subordinado, tem um superior bem pior ainda. Voltando para a questão do Congresso: o político quer dinheiro para captação de recursos para sua campanha política, você vê que político na eleição compra salgado de bicicleta, toma café no mercado, e eles sabem que, através do medo, do dinheiro, do tráfico de drogas que movimenta quantias surreais, esses líderes de facções têm poder de persuasão, do medo, muito grande na comunidade. Um caso recente disso é o Sergio Cabral, tem filmagens dele com líderes de facções criminosas pedindo votos pra ele, fazendo churrasco em roda de samba e tudo... Nosso candidato é esse, tem quantos eleitores aqui? Pega o título de cada um, a numeração... Não dá para saber quem votou, sim ou não, aqui tem mil eleitores, temos que ter mil votos na urna aqui do bairro. Nosso candidato é esse porque se ele ganhar, ele vai fazer isso e aquilo por nós. Tem muita lavagem de dinheiro na política, a pessoa de bem, ela quer sair da política... o saudoso Enéas falava muito disso: que o político é ridicularizado, essa é a opinião das ruas, ele é vaiado, é a pessoa que quer se dar bem, que quer fazer maracutaia e que transformou a política em profissão. Não tem requisito básico até para ser Presidente da República. O caso do Lula, que tem corrupção, o governo Bolsonaro... Não sou fanático, apesar de ser da segurança pública, eu não concordo com os posicionamentos, às vezes, muito tendenciosos, preconceituosos, prejudiciais e violentos do atual presidente. Tem que ter um requisito básico para ser político no nosso país, eu defendo isso para poder mudar a legislação penal que aí vai ter um reflexo no meu trabalho, diretamente e de todas as outras polícias. Esse ciclo completo policial, e cada um está numa área, a PRF tem uma situação específica de crime nas rodovias federais... A polícia federal com uma missão do combate ao narcotráfico internacional, o tráfico de pessoas, isso acontece muito no nosso país... e o tráfico de órgãos... esses desaparecidos, principalmente, de crianças, é tráfico de órgãos, eu não tenho dúvida... redes de prostituição internacional. Tem que ter uma mudança, primeiro, no nosso quadro político, se não tiver essa mudança não vai mudar a sociedade em que vivemos, e a culpa de termos maus parlamentares é da sociedade, os parlamentares vêm da sociedade, nem vem de outro planeta, não é um alienígena. O eleitor que vota em corrupto está ajudando a perpetuar esse sistema e também tem que haver mecanismos para a pessoa não viver da política em vários outros países. O político é uma pessoa comum, aqui temos uma alta proteção do político... estamos vendo o caso do Queiroz, do Flávio Bolsonaro... o cara fazendo mil e um recursos para ser julgado num órgão especial porque se ele for julgado agora, o pai dele ainda está no mandato, vai atingir diretamente o pai dele. Nós chegamos num momento que o advogado do presidente estava escondendo um foragido da justiça... e aí? O delegado vai chamar o presidente para depor? Muita gente criticou o Lula, mas e agora, são dois pesos, duas medidas? Na política, se você for analisar a questão do patrimônio da pessoa, tem patrimônios surreais, que não têm explicação. Na década de 90, eu me lembro... eu estava chegando na adolescência, dos anos do orçamento. O João de Deus, se você digitar no Youtube, vai aparecer um senhor de 1,50cm, por isso, anos do orçamento, que ele tinha tanto dinheiro na época, começou a ter um patrimônio que chamou a atenção de todo mundo. Pra justificar, numa comissão parlamentar de inquérito, ele disse que Deus ajudou ele e

ele ganhou 250 vezes na loteria. Contra todas as probabilidades existentes, ele era uma pessoa abençoada, tinha que ganhar toda a semana... esse esquema mostrou a lavagem de dinheiro nas loterias, eles não, ele tinha um esquema na Caixa, ele comprava o bilhete premiado, pagava mais que o prêmio para ficar com o bilhete e sacar o dinheiro legalizado na agência da Caixa... Tem "N" situações que são complexas, tem muita coisa que o Bolsonaro faz que é prejudicial até para a classe policial como um todo, e para a sociedade. Apesar de eu estar na segurança pública por mais de 18 anos, eu já conversei com ele pessoalmente, ele não é um personagem, ele é daquele jeito 24 horas. Quando nós éramos agentes penitenciários, tinha o questionamento sobre o porte de arma, se era só no âmbito estadual ou se era em serviço ou fora. Como o Bolsonaro defendia a arma, o meu presidente, que ainda é o mesmo, ele está há 10 anos como presidente da federação. Pedi para procurar o Bolsonaro para apresentar um projeto de lei de âmbito federal para acabar com essa divergência, falei "olha, tem um problema... ninguém gosta do Bolsonaro... isso vai ser vetado...". Foi vetado três vezes só porque o Bolsonaro era o autor do projeto. No dia em que nós encaminhamos para o gabinete da presidência da república, na gestão da Dilma, em regime de urgência, foi votado, aprovado e sancionado. Tenho até o documento para comprovar isso do gabinete da presidência da república respondendo para um sindicalista estar criando sobre esse tema do porte de arma. Até na política você vai ter que saber quem vai procurar, tanto é que o Bolsonaro, na época que era deputado, não tinha nem o voto do filho dele que era deputado na época. Essa falta de seriedade da maior autoridade do país que é um presidente tem todo um reflexo na segurança pública. Ele facilitou a compra de armas para policiais em geral, armas que eram de uso restrito, de uso proibido, hoje são de uso permitido para policiais. Só que ele também liberou para todos os segmentos da sociedade, que eu sou completamente contra, por exemplo, liberou para um produtor rural um fuzil 762. Poucas blindagens no Brasil seguram esse tiro. Ficou até uma contradição: um policial, o Cosme e Damião, a dupla que, às vezes, não tem colete, um dos direitos que o Estado sonega, chega policial penal, policiais civis, até um PF em operação ele está sem colete, mas a instituição não dá e para comprar é caro. Nem todo mundo pode, pega empréstimo, paga pensão, paga aluguel, paga financiamento de casa e, muitas vezes, o servidor não consegue comprar quando o Estado não fornece... Agora, você imaginou, voltando aí para essa situação do fuzil do produtor rural: 556, hoje, está em R\$ 3.500,00; um 762, R\$ 15.000,00. Quem compra hoje é quem tem dinheiro e não um humilde produtor rural, isso é fazendeiro mascarando que ele quer ter aquela arma para se mostrar para os amigos dele. Vamos supor, se ele discute com a mulher dele, encaminha uma viatura comum num golzinho bola, os policiais sem colete com pistola, o cara tá com um fuzil para recebê-los, é uma inversão de valores dessa amplitude que o presidente fez. O exército baixou as normas porque ele mandou, isso foi direcionado... ele atingiu um público... dá um poder de fogo que, na minha humilde opinião, não tem necessidade.... essa questão de tiro, porrada e bomba na

população, não é bem assim, policial tem que trabalhar dentro da legalidade. (Nesse momento, o entrevistado mostra o seu colete). Esse é um dos mais modernos que tem, eu comprei, juntei dinheiro, comprei particular porque o Estado não fornece... tem vários acessórios, comprei com meus recursos pessoais. O Estado não fornece, muitos Estados não pagam o auxílio fardamento e também não entregam, aí tem que brigar na justiça... Eu não tenho filhos, então sempre compro um equipamento melhor, comprei um uniforme com uma tecnologia americana, por causa da questão do calor: aqui no Acre é

muito quente, eu sempre gosto muito de pesquisar. Aqui tem um estilo de que policial tem que andar de preto, só que foram feitos estudos onde a diferença de um uniforme preto em comparação com uma cor mais clara, a diferença é de 12 graus. Eu fiz uma pesquisa, um colega detalhou e 90 % prefere continuar com o preto, porque consideram que inibido, só por causa disso. Então dentro dos meios policiais a gente tem que trabalhar muito com os nossos policiais...Aqui no Acre, há 4 anos, eu apresentei na Assembleia Legislativa um projeto de lei para regulamentar a saúde mental do servidor penitenciário, agora vou atualizar e colocar para o policial penal, porque não existe acompanhamento para a saúde mental de policiais em âmbito nacional. Teve um caso recente, Paulo Bilynsky, delegado da polícia civil de SP que, supostamente, a namorada matá-lo, levou alguns tiros e sobreviveu e ela morreu numa situação bem complexa, se você vê nas filmagens no apartamento dele que está nos jornais, não tem um livro, mas ele tinha 6 armas espalhadas na casa dele e até um fuzil. Um cara que no Facebook e no Instagram, ele se vende como o “Braddock”, um guerrilheiro, um herói a americano, aquilo não existe na realidade, o policial é um cumpridor de leis. Se ele ali tivesse um programa de acompanhamento de saúde mental, talvez teria se afastado da função... ele é um instrutor de tiro tão capacitado que deixou as armas dele ser pega por uma terceira pessoa... da teoria para a prática, quem deveria dar exemplo, não está dando exemplo... se eu tivesse aquela quantidade de armas que ele tinha, eu ia ter um cofre guardar, independente de quem tivesse morando comigo. então tem “n” fatores ai que nós temos que corrigir nossos próprios policiais, as corregedorias, fingem que não veem algumas pessoas que realmente precisam de tratamento. Essa questão da saúde mental, é amplo, ver a saúde social do servidor, ele pode estar no álcool, nas drogas lícitas, no cigarro, pode estar deprimido com a profissão, até na polícia federal, o cara vai entrar e acha que vai ser como num filme americano, e na realidade é diferente, policial no Brasil é herói porque ganha pouco, trabalha muito, é perseguido. Lá no grupo Fenaspem, que eu administro no Facebook, começamos uma campanha que já tem uns três meses, de valorização da polícia penal em âmbito nacional. Pegamos fotos de servidores em diferentes estados e divulgamos. O pessoal todo equipado, bem apresentável, homens/mulheres, estamos tendo visibilidade agora, a polícia penal é um órgão de segurança pública, a sociedade tem que ver o policial penal como um herói, como um trabalhador, como alguém que está ali para defendê-lo, é um garantidor de direitos, tá? Eu mesmo quando eu era criança, quando via um policial, sabia que ali tinha uma pessoa de bem, porém hoje, talvez a sociedade vê no policial um cidadão violento, tem medo da polícia. Às vezes, tem confronto entre os próprios policiais!! Entre PM, Civil, polícia penal, etc. Temos que fazer uma política de boa vizinhança e de bom atendimento à sociedade. Programas como a política comunitária, polícia da família, em poucos Estados foram implantados, é algo que tem que voltar esse acompanhamentos dos policiais nas escolas, para falar sobre prevenção de crimes de drogas, palestras educacionais. Não é colocar lá um PM, sim senhor, não senhor, com uma criança de 5 anos, que vai ajudar da formação dela, eu acho que tem profissionais capacitados, pedagogos, professores que são para isso. Por exemplo, é proibido pela lei de execuções penais (LEP), o presídio feminino só quem pode trabalhar são mulheres, só pode entrar homens se for para um atendimento técnico especializado, um médico, um psicólogo, um psiquiatra, é uma questão de proteção para as presas.

E: Esses técnicos hoje tem o papel que antes era do agente penitenciário que fazia tudo?
PP3: Em alguns Estados tem o quadro técnico, quadro de saúde, posso citar o RS, lá tem

o monitor penitenciário que trabalha mais diretamente com essa questão da ressocialização do preso, na prática talvez não tenha uma eficácia muito grande, por causa dos índices de reincidência. O agente em si era um polivalente, ele era o remédio para tudo no sistema, ele era o médico, o advogado o assistente social.... tem até um jargão que eu criei que foi o seguinte, o agente penitenciário é o elo fundamental entre o preso e a sociedade. Ele que leva a comida para o preso, que vai levar o remédio, que vai levar o preso para a audiência. Toda a vida do preso passa pelo, hoje, policial penal. Seja a ser um desvio de função, porque por lei quem pode tratar dessa parte psicológica é o psicólogo e o psiquiatra. O presídio.... tem uma frase do Nelson Mandela que ele disse “Você conhece a sociedade pela forma como ela trata os presos dela... Mandela ficou preso por mais de 30 anos, ficou numa cela péssima, insalubre, quase como se ele fosse ali um escravo, aquela época das masmorras, por isso que ele falava isso, conheça um país pela forma como ele trata aqueles menos favorecidos, os seus presidiários. No Brasil tentou se criar a nomenclatura de reeducando, mas não pegou, porque os presídios viraram o escritório do crime organizado. Era até algo irônico, o presídio não é para se cometer crimes, é para cumprir pena... (Caiu a conexão. Combino com o entrevistado via mensagem que caso precise novamente de alguma informação, entrarei em contato).

Apêndice D

Policial Penal 4	Estado: SP	Sexo: M	Idade: 28 anos	Tempo de atuação: 3 anos	Formação: Engenharia Mecânica
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	------------------------------------	---

PP4: Atuo em Centro de Detenção Provisória, é o preso que vem da rua, ele fica aguardando audiência, o juiz determina se vai para penitenciário ou semiaberto.

E: Você recebe esse preso, qual seu papel?

PP4: No centro de Detenção Provisória, nosso objetivo maior é aguardar a audiência do preso, que vai para penitenciária ou semiaberto ou liberdade. Toda prisão em flagrante vai para nós, espera a determinação do juiz, seja preventiva ou flagrante quando o juiz determina liberamos o detento.

E: Você é concursado? No Estado de SP, todos os policiais penais são efetivos. Qual é sua formação?

PP4: Sou graduado em Engenharia Mecânica. Já trabalhei na área, mas no momento sou policial penal.

E: Porquê você foi para essa área?

PP4: É questão familiar, meu tio, meu pai, uma família que já era da polícia....A gente leva essa questão de disciplina....acaba se identificando desde pequeno. Como eu nasci dentro de uma delegacia, meu pai era policial civil, eu sempre tive isso comigo. E sempre tive essa vontade de ser. Um belo dia resolvi prestar o concurso e acabei me efetivando no cargo.

E: Como você vê sua profissão?

PP4: Atualmente está sendo uma profissão com uma visão diferente do que tínhamos

antes. Todo mundo conhecia como agente penitenciário e antes do agente penitenciário, era conhecido como carcereiro. Teve uma evolução, tiraram o sistema prisional da polícia civil, jogaram para a secretaria administrativa penitenciária, dependendo do estado tem outro nome, estou citando o estado de SP. Deixou de ser responsabilidade da polícia civil. Vejo no momento uma grande evolução o que está acontecendo com a nossa profissão. Infelizmente, não querendo diminuir a profissão, qualquer pessoa que você pergunta sobre profissões, ninguém vai falar que quer ser um agente penitenciário, que era antigamente.

E: Mas policial penal quer?

PP4: Exatamente, é aí que entra um pouco de... valorização, identidade, porque o agente penitenciário de antes, era visto dentro da unidade prisional e acabou..

E: O que fazia o agente antes?

PP4: O que faltava era só constar na Constituição Federal, o que mudou com a aprovação da PEC da polícia penal, todos os agentes penitenciários irão ser transformados, alguns estados já foram, em policiais penais. Antes disso infelizmente não tinha muita visão. A visão era é policial, mas não na lei, nos direitos, o cargo que a gente exerce, é o que a polícia civil fazia antes. Essa função foi delegada a nós, em SP, tudo devido ao massacre do Carandiru. Ai o governo viu que não podia ser.... estou falando de SP, não podia ser administrado pela polícia Militar, que fazia o trajeto de escolta preso para hospital, fórum, preso que ia para outro regime penitenciário. Depois do massacre a polícia Militar ficou mal vista dentro dos presídios, e nisso criaram..... na verdade já existia antes, mas os agentes antigamente, década de 80, ficavam dentro da casa de detenção, trabalhavam internamente.

E: Hoje vocês trabalham externo?

PP4: Atuamos no trabalho externo que antigamente era feito pela civil e militar. Tem o grupo de escolta, de muralha, de intervenção. Dentro do sistema penitenciário, antes da polícia penal, tinham os grupos, cada um se graduava naquele curso e praticava tal profissão. A emenda constitucional foi promulgada pelo congresso nacional em Dezembro, a partir daí foi criado o órgão, a corporação Policial Penal Distrital, Estadual e Federal.

E: A partir desse momento vocês passaram a se sentir mais valorizados, reconhecidos, tiveram aumento salarial?

PP4: Com certeza, a questão de salários, sempre foi junto com as outras corporações, querendo ou não somos segurança pública, qualquer aumento que venha para outra corporação vem para nós também. Independentemente se virasse polícia ou não os vencimentos iriam se equiparar às outras forças policiais.

E: Ter esse reconhecimento de polícia, trouxe uma identidade para esse agente penitenciário?

PP4: O reconhecimento não veio para a população, a sociedade já via o agente penitenciário como uma força policial, o reconhecimento veio por exemplo, num aspecto legal, quando aprovava-se uma lei o sistema penitenciário ficava de fora, por não estar dentro da Constituição Federal do artigo 144, por não ser uma força policial. Esse era o problema que acabava o agente penitenciário ficando de fora em questão de previdência, em questão de como atuar fora do do seu ambiente de trabalho, então tinha muitas coisas devido não estar no artigo da segurança pública a gente ficava fora. Então com essa regulamentação, que já era para ter acontecido desde antes, o agente

penitenciário foi incluído em todos os aspectos iguais as outras forças policiais, que na minha opinião era para ter sempre lá dentro.

E: Melhorou para você?

PP4: A visão sim.

E: E trabalhar em SP, é um local mais perigoso? Referente às facções criminosas?

Como que você vê isso?

PP4: A gente sabe que a facção criminosa em SP foi exportada do RJ. O RJ foi berço do comando vermelho, segundo relatos, dizem que o CM teve uma briga entre eles, queria expandir, em SP não tinha, viu que o negócio de SP estava sem dono, sem ninguém, criaram essa facção de SP, infelizmente essa facção criminosa ela tem força. Tem força pelo despreparo do estado, por isso que ela tem força, despreparo de vagas, despreparo de valorizar o policial penal, que antigamente não tinha valor nenhum, o estado tratava um policial penal como se fosse um servidor administrativo, sem valorização nenhuma. Toda a culpa do que acontecesse era do estado, para você ter uma noção o estado de SP, assim..., os grupos que foram acrescentados, antes tinha só a Capital e era o centro de detenção provisória, que era a casa de detenção. Dali quando foi expandindo para o interior, as unidades, quando saiu a PM das muralhas, os próprios agentes começaram a criar grupo de intervenção, grupo de escolta, os próprios agentes teve a capacidade de se profissionalizar, porque eles viam que com a PM são treinados para outro tipo de atuação. A PM é feita para trabalho ostensivo, trabalho ir para resolver, tem a Polícia Civil que investiga... infelizmente no estado de SP, você pode ver em relação a outros estados, é o estado que está mais atrás em questão de reconhecimento, e assim... é, fica essa coluna vaga, tudo motivado pelo estado.

E: Seria uma omissão do

estado? PP4: Exatamente.

E: Faltam leis, falta planejamento, mesmo já tendo um progresso, mas mesmo assim, tem muita coisa que o estado poderia fazer?

PP4: Muita, e se você for ver é coisa simples, mas infelizmente no estado de SP, já tem um partido político que toma conta há mais de 20 anos, é raro você ver uma evolução. Esse governo que atua desde 1998, de lá para cá o PSDB reinou no estado de SP. Então se você puxar em diversos documentários, desde 2006, que teve o confronto a transferência dos presos, que começou a fazer aquela rebelião e começou a matar todo tipo de polícia que tinha, até bombeiro entrou no meio. Depois dessa época o estado... segundo relatos... mas eu creio quase 100% que teve... o governo ajoelhou e falou... não a gente vai começar a tratar diferente, vocês terão benefícios que a Lei de Execução Penal (LEP) não dá... o estado de SP criou uma resolução em cima da LEP, ampliando todos os direitos que ele já tinha na LEP... um exemplo... o banho de sol... na LEP o banho de sol são duas horas, no estado de SP, a maioria das unidades são 8 horas de sol... tem unidade que exerce 4 horas, mas a maioria na capital de SP, eles são liberados às 7horas da manhã, fica no pátio o dia inteiro, são trancados às 12h, as 13h são liberados que é hora do almoço, e volta a ser trancado às 16h. Essa é a maioria... mas se eu te falar que tem unidade que cumpre a LEP, as duas horas... não tem... por causa da determinação do governo, que na visão deles, ampliando os benefícios para o preso, deixando eles confortáveis dentro da cela, não terá rebeliões, crimes lá dentro....

E: Você concorda com isso?

PP4: Concordo....

E: O que você pensa em relação a ressocialização do preso?

PP4: No estado de SP... o governo joga para o agente penitenciário fazer... isso é totalmente errado. Querendo ou não, mesmo antigamente sendo agente penitenciário, o papel não é de ressocializar, ele é de manter a segurança, a ordem e a disciplina, para outros setores poderem trabalhar. Um exemplo, a educação, aula dentro de uma unidade prisional, como uma professora consegue dar aula num ambiente sem ordem, sem disciplina? Não consegue...

E: Sim, mas aí o agente ajuda esse professor entrar dentro do presídio?

PP4: O papel do agente é manter a ordem, a segurança em torno do perímetro da unidade prisional e internamente. No estado de SP... a secretaria, o governo ela dá essa função para o policial penal... por falta de parcerias, por falta de contratação de servidores... eu já cansei de ver no ambiente de trabalho muitos agentes medicam preso... dando remédio, porque infelizmente são poucas unidades que existe médico, e quando tem é enfermeiro que trabalha de segunda a sexta, no final de semana cabe a quem? Nós, que somos plantonistas, nós não temos feriado, não temos nada. Tentamos segurar o máximo, só leva para o hospital quando é caso urgente.

E: Vocês se sentem sobrecarregados com isso?

PP4: Totalmente, a gente tem que atuar na saúde, que não é nosso papel, na área da educação, às vezes, porque a gente que seleciona os presos para poder ter aula ou não, a gente que fornece a leitura para o preso, busca o livro, oferece a leitura para o preso. A gente faz o serviço administrativo, que não é nosso papel, a gente faz o serviço de tecnologia e informação, que não é nosso papel... a gente faz serviço de manutenção na unidade, que não é nosso papela gente faz separação de roupa para o preso, os uniformes... então... o estado ele nos sobrecarrega... muito..

E: Mas por exemplo, quando você diz que escolhe o preso para ler um livro ou ter aula, você escolhe porque você está em contato com ele, você conhece quem é o preso, você sabe quem vai aproveitar daquele benefício... A questão é a disciplina do preso, entre os detentos, tratar com respeito os policiais... ele vai ter sua progressão, ele vai ter direito a educação, direito a saúde...

E: E você acha que isso resolve, oferecer educação... o que você acha?

PP4: No sistema penitenciário a questão de resolver a ressocialização do preso, ela só vai acontecer se deixar os profissionais da área fazer esse papel.

E: Quem são os profissionais?

PP4: Os professores, os médicos, o trabalho com empresa privada, para ter trabalho para os presos. Os presos ficam fechados, eles ficam ansiosos, não é porque ele está preso que ele é diferente, se você ficar aqui fora desempregado, você fica louco, fica querendo trabalhar. Acaba fazendo coisa errada para ter um ganha pão, lá dentro eles ficam ansiosos num ambiente que já tem o crime, que já tem tudo de errado, se não tiver um emprego pra ele não vai se ocupar. A escola resolve? Não resolve, ela ajuda, o trabalho resolve? Não resolve, ele ajuda. Então se tiver esse papel, esse auxílio das outras instituições, eu vejo que não é a resolução, mas que ajudaria muito a não cometer o crime ajudaria. Exceto os que já pertencem as facções criminosas, esses daí não tem resolução.

E: E vocês sabem quem são eles?

PP4: Sim, sempre quando eles adentram na unidade prisional, a gente faz uma entrevista.

E: Como identificar?

PP4: Eles não falam, tem que investigar.

E: Como é a investigação?

PP4: A gente puxa os parentes, se já foi preso, se conhece alguém que está preso... é uma entrevista, com certeza ele vai mentir, preso que vem do crime são acostumados a falar a verdade só entres eles, então a resposta verdadeira não vamos ter, acontece da gente colocar o preso no convívio com os outros detentos, começar a ter briga, ameaça de morte, o nosso papel é manter a segurança na unidade prisional, preservar a vida, é a obrigação do estado. Preservar a vida do preso. A gente coloca o preso misturado não por nossa culpa, a questão é que o preso sempre vai tentar burlar a lei, tem preso que foi preso pela primeira vez... você sabe... qualquer pessoa pode cair no crime, seja um bêbado que bate um carro, mata uma pessoa sem querer, essas pessoas a gente separa, coloca para trabalhar dentro da unidade, dá mais oportunidade porque ela não é do crime... fazemos todo esse papel de investigar se é do crime ou não...

E: Então uma parte da ressocialização, parece que começa com o policial penal, não é ?

PP4: A gente vai entregar para quem vai ressocializar...

E: Vocês são a ponte?

PP4: Sim, passamos muito tempo ali, em SP é 12 x 36. A questão do papel do policial penal está mudando. Nós não podemos fazer tudo dentro de uma unidade prisional, se for ver na lei, não pode, mas nós tentamos dar o nosso máximo, porque a nossa obrigação é fazer o preso cumprir a LEP, ponto e mais nada. Eles têm os seus direitos e deveres. O nosso papel é esse e nada além... fazer investigação do detento é nosso papel, saber que crime ele cometeu. Agora a ressocialização eu vejo assim, a gente vai fazer de tudo para entregar para quem vai fazer isso, que não é nosso papel, o preso... não é obrigatório todos terem acesso à educação... eles se interessam só por causa da remição da pena.

E: Você acha que se não tivesse remissão eles não se interessariam pelos programas de ressocialização?

PP4: Até se interessariam, mas seria muito pouco, se não tiver nada que o motive, ele não vai querer.

E: Você acredita que ele possa não voltar para o sistema?

PP4: É o que todos querem, né? É o que eles pedem quando saem de lá! Mas dá duas semanas e eles já voltam.

E: E você acha que eles voltam por falta de oportunidade?

PP4: A falta de oportunidade existe para ele, para um pai de família que está desempregado, a falta de oportunidade é para todos. O crime acaba acontecendo pela falta de oportunidade também, mas a falta de oportunidade vai ser maior para quem foi preso... automaticamente... Agora eu vejo, pelo lado do direito do preso, hoje em dia já cansei de fazer o alvará de soltura do preso, a gente explica você está sendo liberado, explicamos que ele tem direito a pegar um ônibus ir embora para casa...e a gente fala...você vai largar essa vida? A gente dá um apoio para ele... Ele me responde: Senhor, eu vou fazer o que lá fora? Eu aprendi a fazer isso, eu aprendi a roubar, aprendi a viver no tráfico, meus amigos estão todos envolvidos, eu sou do crime... Eu vou fazer o que lá fora, Senhor? Vou continuar na minha vida ilegal, a hora que eu voltar... eu volto porque... um preso chegou e falou isso para mim... Aqui dentro para nós não falta nada... ele disse isso para mim... Eles têm três refeições por dia se quiser ter remissão

de pena tem... se ele desmaiar a gente tem que levar para o hospital, auxílio dentista, a família vai lá acaba ganhando dinheiro trazendo comida... aqui no estado de SP o correto é a comida é só para os visitantes, mas o governo abriu tanto as pernas que cada visitante entra com quatro marmitas. A marmita que ele traz não é para o preso é para ela se alimentar enquanto está visitando o preso... Na maioria das unidades prisionais a pessoa leva quatro marmitas e faz o quê? Aquilo vira um comércio lá dentro... Já cansei de pegar visitante que vai sozinha e vai com quatro marmitas cheias... eu perguntei: a senhora vai comer tudo isso? Ela respondeu, ai moço vai se alimentar uns 10 aqui. Eu explico: você sabe que é errado, né? Mas o governo libera quatro marmitas... a gente é obrigado a deixar entrar. O preso aproveita dessa situação, para dar uma de coitado e a família está sempre fornecendo e ele usa... o preso recebe toda semana Sedex, a mulher vai lá e deposita dinheiro. Se for ver dentro da unidade prisional não falta nada para ele... eu falo isso porque a mesma comida que o preso come eu também como, e é boa!!! Tem unidades prisionais, que fecham contrato com determinada empresa, porque não são iguais para todas as unidades. Existe unidade prisional que o próprio preso faz. Onde eu trabalho é o próprio preso que faz, e a comida é boa! O preso vai aproveitar desse aspecto que ele está preso, que ele é inocente, que ele é vítima, vai fazer um mercado lá dentro, e sempre se fazendo como vítima... sempre... sempre... vai querer sair como vítima e aproveita para fazer um comércio lá dentro. Acontece muito isso... E quando sai quer voltar porque lá dentro é mais fácil, eles até tiram sarro quando vai sair... eles falam assim: Rapaziada semana que vem, tô de volta!!!! Dentro da unidade prisional eles tem muitos benefícios que lá fora eles não tem...

E: E a questão da superlotação? São Paulo existe isso?

PP4: Existe, não são todas.....mas existe sim.

E: Aí, o preso não quer voltar para uma superlotada?

PP4: Não, o preso não liga, existem presos que é do crime... então ele não liga se vai ficar numa cela com mais de 20 caras... preso que é do crime nunca vai ligar para isso... com essas facções criminosas, infelizmente, em São Paulo, essa secretaria que o governo criou, o objetivo dela... Foi criada em 1993, o objetivo dela é dar benefícios para o preso... dar muito mais benefícios do que já tem na lei... eles acham que dando muito benefícios ele vão ficar superlotados, quietos e não vai encher o saco.

E: Seria para evitar as rebeliões e para a sociedade ver o sistema com bons olhos?

PP4: Uma coisa que eu gostaria de deixar registrado aqui... eu sempre bato nessa tecla, e eu não concordo, acho isso muito errado, no estado de SP as visitas elas entram na unidade prisional passam por todo o processo de revista, marmita, scanner corporal. Existe muita visita que traz celular, droga... isso é normal. Tem casos que não conseguimos pegar, estamos em constante evolução, eles tentam burlar, tentam... O que eu acho errado no estado de SP, as visitas passam pelo processo da revista, assim que liberadas... adentram no pavilhão onde os presos cumprem a pena, as celas, onde eles ficam, em frente às celas fica um pátio. O visitante entra vê seu ente querido, ele fica refém de todos os outros presos que se encontram no pátio... não vou dizer que todos fazem isso, mas eles aproveitam aquela visita que entrou, para passar recado lá fora, para poder fazer uma vingança, para entrar droga lá dentro, celular... isso é o câncer do sistema penitenciário, onde mandam matar pessoas lá fora. Se o preso conversa com uma visita a gente não tem como saber o que eles conversaram, porque eles têm o

direito individual de conversar com seu ente querido. Só fica vigiando de longe, a gente não sabe o que está acontecendo... Onde eu trabalho nunca aconteceu, mas cansei de ver em outras unidades que o preso, a ex companheira..., companheira... foi visitar e o preso matou ela lá dentro, homicídio lá dentro, por causa de traição, essas coisas. Porque querendo ou não a gente não tem a vigilância inteira, o preso pega seu ente querido entra pra dentro da cela e tem o seu direito reservado. Se ele matar ela lá dentro, a gente só vai saber na hora que vai fazer a contagem de tanta visita que entrou e tanto que saiu, no final da visita. É muito tenso! Uma coisa que eu acho erradíssima, que tinha que ter uma lei, que privasse isso, tinha que ter uma lei que regulamentasse. As visitas e os presos tinham que ir para um local seguro, com policiais no meio. O visitante entrando dentro do pavilhão onde estão os presos, a passagem de ilícito é muito grande, se você coloca o visitante e o preso num local seguro, que você sabe que naquele local... a gente não vai ter a vigilância 100%, mas no momento em que o preso retornar ao seu pavilhão, ela vai passar por uma revista, evitaríamos a visita de passar por uma revista constrangedora, daria muito mais segurança para as visitas e muito mais segurança para os policiais.

E: Mas existe um espaço dentro dos presídios para isso? Seria viável?

PP4: Esse local para a visita é de menos, isso tem.....

E: Está na lei que o visitante pode entrar e andar pelo pavilhão?

PP4: Não, não existe lei...

E: O diretor do presídio não poderia criar essa ordem?

PP4: É aí que tá... existe uma cultura de muitos anos que a visita entra dentro da cela para visitar o preso, então isso, ninguém pensou em tirar, e o secretário, ele fez uma regulamentação disso, ficou esse vício, aí fica aquele negócio a revista em visita, a revista em comida, passa por aquele constrangimento, tem que levar a visita para o hospital para tirar a droga... eu vejo assim se colocar a visita e o detento num salão, que os preso que tem visita só tem contato com o visitante que é para ele... porque querendo ou não, tem preso que não tem nada a somar e ele fica ali no meio, conversa com a visita... e aquilo vai virando um ciclo que querendo ou não possivelmente pode estar passando recado para criminoso um recado de acerto de contas.... então eu fico batendo nessa tecla que infelizmente o governo não quer acabar com isso, porque se quisesse acabar, um exemplo... não sei se você chegou a conhecer o sistema penitenciário do Ceará. Lá era igual a SP, lá entrou um secretário novo que chama Mauro Albuquerque, ele entrou em 2019, esse secretário ele era um policial penal de carreira, ele tem cursos operacionais de todo o tipo, quando ele entrou, tinha muita coisa que ele iria mudar e quando entrou todo mundo falou para ele que não tinha como muda... ele mudou o sistema 100%.

E: E como está hoje no Ceará?

PP4: Hoje em dia o número de homicídios no Ceará, depois que ele tomou conta caiu em 60%. Drasticamente, porque a facção existe dentro do presídio e vai comandar lá fora. Senão tiver o contato dela com o externo eles não tem como aumentar esse número.....então ele fez o que, começou a tratar o preso na LEP.... 2 horas de banho de sol.... 2 horas de banho de sol, tem direito a educação.... vai ter direito a educação, tem direito a votar.... vai votar.... tudo o que tinha lá, ele fez...as visitas, tudo controlada.... vocês vão para um local seguro.....nossa o que ele fez no estado do Ceará é exemplo para o Brasil todo.

E: Você acha que o RJ está como SP?

PP4: Eu não posso falar, mas vejo eles mais organizados que SP. Em questão de segurança, de ter mais preparo, de ter mais corpo operacional voltado para segurança.

E: E em questão de armamento, como está, possuem armas mais modernas, por exemplo?

PP4: Esse aspecto, é outra coisa que infelizmente, no estado de SP, onde se concentra o crime organizado mais forte que tem no país, onde nasceu essa “porcaria” de crime organizado, que você sabe o nome, e eu não vou citar aqui... até 2006, onde teve aquele caos, a gente não tinha direito a ter arma... porque não éramos uma força policial, o nosso trabalho era restrito lá dentro... então se lá dentro você morrer ou não o governos está pouco se lixando pra você... a partir de 2006, depois daquela rebelião, muitas mortes, o governo paulista lançou uma resolução e permitiu o porte de arma para nós, mas não era a nível federal. No estado de SP, o governo permitiu o nosso porte, mas assim não eram armas do estado, quem quisesse se auto defender, tinha que comprar sua própria arma, então hoje em dia o custo de uma arma para nós é muito alto, é em torno de 4 a 5 mil reais. Em 2006, aconteceu tudo isso, o governo liberou o porte de arma para nós, podia andar na folga armado, mas se nós comprássemos, o governo não queria nem saber se morreríamos ou não, sem preparo nenhum também. Não preparou ninguém, simplesmente lançou uma norma, nos autorizando a usar arma, quem quisesse treinar particular... Até 2014 onde foi lançado a lei nacional, que incluía os agentes penitenciários no porte de arma, antes o porte era só para as forças policiais, e o agente não estava incluso, por isso esse negócio da PEC precisa ser aprovada, sempre que tiver alguma força para outra força, vem para nós, esse era o principal objetivo, então a partir de 2014, os agentes se reuniram foram para Brasília, fizeram uma manifestação o Congresso aprovou e a Dilma validou. A partir de 2014, a nível nacional, tínhamos o porte.... mas, no estado

de SP, a gente só conseguiu o porte por causa do crime organizado, até então a gente tirava sarro, que quem deu o nosso porte, não foi o governo, foi o crime organizado, se não fosse isso não teríamos o porte, teríamos que ter esperado até 2014, para ter o porte.

E: Então a partir de 2014, o estado fornece a arma para vocês?

PP4: Não, a partir de 2014, o estado continuou não fornecendo nada. No estado de SP, eles só fornecem para o momento que você está trabalhando, hora que você vai fazer uma escolta, levar o preso para o fórum, as armas ficam acauteladas dentro da unidade prisional.

E: Então a arma para você usar no momento de folga, tem que ser a sua particular?

PP4: Sim, a pessoal, exatamente. As outras forças policiais não, o estado acautela, para eles andarem com a arma 24 horas. Além da gente ter uma remuneração mais baixa, se não me engano é a terceira mais baixa do Brasil, a gente tinha que comprar o armamento. As outras forças policiais não, elas já ganhavam do estado. Tínhamos esse déficit de armamento, que até hoje vinga, até hoje a gente não tem....

E: E o tipo de arma que vocês usam hoje?

PP4: Usamos fuzil, no momento de trabalho, no horário de defesa tem que ser pistola. E infelizmente em São Paulo, são poucos estados.... já tem uma promessa do governo que vai acautelar, por causa da polícia penal, a gente tá esperando isso acontecer, mas no momento...

E: Você acha necessário andar armado, fora do horário de trabalho?

PP4: Nossa! Existem pessoas que em qualquer corporação, se você puxar o relato da polícia militar do estado de SP, de 600 policiais militares que foram mortos, 500 e poucos foram mortos em folga, é muito raro o PM morto em serviço. Existem muitos casos do PM, ter somente aquele treinamento quando ele se forma, a gente vê se o profissional quiser um curso mais avançado, tem que entrar para um grupo de elite. Exemplo a PM, entra pra Rota, força tática, vai ter uma visão diferente, mas o soldado o PM, começa com um curso de formação básico, de tiro, então, vemos a omissão em todas as forças Policia Militar, Policia Civil, Policia Penal ainda mais, falo no estado de SP...

E: Você se sente seguro quando está de folga?

PP4: Eu me sinto seguro porque eu fui atrás de cursos... paguei do meu bolso, me capacitei, querendo ou não a gente é um executor da lei, seja a penal ou outra lei, nós temos que cumprir... quando a gente exerce lá dentro de uma unidade prisional, temos que fazer o preso cumprir a lei, e nisso, é como se fosse aqui fora, tem pessoas aqui fora que não quer cumprir a lei, mesma coisa lá dentro, tem preso lá dentro que não quer cumprir as ordens, a gente tem que aplicar e nisso acontece o que... ameaça de morte, ameaça de qualquer tipo, sua família e tal...

E: Você já foi ameaçado alguma vez?

PP4: Já. Na rotina do policial penal é comum....

E: E como você lida com isso no dia a dia?

PP4: Fazemos nosso papel, né? Fazemos o boletim de ocorrência, manda para a delegacia civil, lavra o B.O., crime de ameaça, fazemos nosso papel, relatamos. O preso fica numa cela disciplinar, vai cumprir o tempo de castigo... e assim a gente vai levando... E: Você gosta do que você faz?

PP4: Gostar do que eu faço... Em respeito a servir algumas leis, por exemplo, que a gente queria cumprir do nosso jeito, a gente não fica feliz, temos uma Lei de Execução Penal, se essa lei fosse cumprida, nossa!!!! O sistema penitenciário ia ser exemplo para todo o país, mas aí entra o governo que tem hora que quer dar benefício, muito benefício, acaba estragando. Às vezes, a gente trabalha num ambiente muito pesado de ameaça... a gente coloca o pé no pavilhão, já sente.... o preso deseja seu mal, ele não quer saber se você quer trabalhar ou não... você já entra os presos desejam seu mal, o ambiente de trabalho é pesado. Se eu for falar pra você que eu gosto de trabalhar nesse ambiente, eu não gosto. o ambiente de trabalhar no dia a dia não gosto. Mas, assim, o ambiente externo, já me agrada, o trabalho operacional, o deslocamento, vamos para o fórum, o trabalho operacional me agrada e muito.... o trabalho interno é muito estressante... ficar 24 horas com o preso, isso é muito desgastante...

E: Você tem filhos?

PP4: Tenho um, de três anos...

E: Você teve filho e ingressou na carreira?

PP4: Exatamente...

E: Você deixaria ele ser policial como você?

PP4: Esse aspecto, era como o meu pai, ele falava para mim assim: "Olha, filho, eu não quero que você seja policial. Ele falava pra mim: Vai se formar, vai procurar outra carreira, porque no Brasil, infelizmente, é uma área que não tem suporte nenhum. Ele se aposentou em 1998, ele pegou o regime militar, ele pegou tudo, ele sabe o que tá falando, mas, assim, a vontade... é pra quem gosta mesmo, então, se meu filho crescer e

falar que quer ser, eu vou falar: “Olha, filho, tem coisa melhor...

E: E você não pensa em voltar para a engenharia?

PP4: No Brasil, o mercado de trabalho é instável demais, eu já trabalhei na minha área, é muito instável. O concurso público, ele te dá uma segurança a mais.... E:

Então você buscou a estabilidade que o concurso público oferece..

PP4: Exatamente, busquei a estabilidade e a questão de já ter vivido desde pequeno junto com o meu pai. Eu ficava com o meu pai na delegacia, ele ficava em contato direto com os presos, ficou isso em mim... Entendeu?

E: Você tem irmãos?

PP4: Somos em cinco irmãos. Só eu fui para a área policial.

E: E sua esposa? Logo que tiveram filho, você ingressou na carreira, como reagiu?

PP4: No momento que a gente estava naquele crise... sabe?! Aconteceu de me chamarem para ser nomeado, ficamos felizes... Alívio financeiro porque de vida todo mundo fica apreensivo...

E: Você já necessitou fazer algum tratamento para estresse, tomar remédio, calmante?

PP4: O sistema penitenciário se a gente não se controlar, a gente se joga fácil pra bebida, pras drogas... É um ambiente muito pesado, então, eu tenho amigos que começam a se jogar pras drogas, para o alcoolismo, e acabam deixando a família de lado... Ele quis? Não. Antes dele entrar, ele tinha uma vida saudável, mas o ambiente é tão pesado que quando o cara sai, não estou falando todos, mas alguns se deixam levar. Quando sai quer espalhar, entra na cachaça, esquece da vida social, acha que a vida dele é só dentro do presídio, que tem que cumprir aquilo lá, é necessário um acompanhamento pra todos.

E: E como você lida com esse estresse?

PP4: Através da atividade física. Faço academia, futebol. Ambiente social é fundamental, ter bom relacionamento com os amigos para poder esquecer um pouco aquele ambiente...

E: Você gostaria de falar mais alguma coisa ?

PP4: Nós criamos uma polícia à nível Federal, se você vê isso é um fato relacionado a leis de aprovação de uma PEC. Para você aprovar uma PEC no Congresso Nacional, é muito difícil se não for interesse dos governos. Você não consegue aprovar nada e a PEC da polícia penal foi um interesse 100% nosso. A gente conseguiu aprovar uma PEC com interesse nosso: isso é muito difícil de acontecer. Tanto é que a nossa PEC, ela foi apresentado no Congresso Nacional em 2003... Para você ter uma noção o tanto de tempo que ela ficou lá parada, esse tempo todo... de quanto foi apresentada e aprovada demorou muito, porque não era uma coisa de governo, foi uma coisa da classe os agentes queriam pelos direitos iguais, querendo ou não a gente exerce a mesma coisa que as outras forças, entendeu... a gente tinha que recorrer à justiça para ter os mesmo s direitos. O governo não dava direito igual, a gente tinha que ir na justiça, pagar sindicato, para ir atrás de direitos, era uma dor de cabeça sofrida.... Eu estou tentando fazer um grupo que eu possa amolecer os corações desses deputados para colocar uma lei geral que isso não aconteça nas unidades prisionais... o crime vai se favorecer e muito... E a respeito da carga horária, de quem tá lá dentro, é muito sofrido, entendeu? Tudo o que nós pudermos beneficiar a categoria, vamos lutando. O principal de tudo é mostrar o nosso trabalho, por isso que você vê o pessoal divulgando, compartilhando o nosso trabalho. É fundamental porque antes nós não éramos muito vistos, não aparecia

muito... com a polícia penal o interesse da população, de concurseiro muda... querendo ou não é um estado diferente.

E: Você acha que a sociedade valoriza o trabalho de vocês?

PP4: Eu tenho quase 100% de certeza que a visão é outra. É a mesma coisa que você pega hoje e vê um agente socioeducativo. Eu vejo... assim... O agente socioeducativo, ele não é reconhecido em nada. Lamentavelmente, eu já cansei de conhecer colegas em SP, que já passou por rebeliões, que antigamente era Febem, de querer arrancar o pescoço fora, por causa do ECA, que não permite ter vigilância armada, o ECA é feito, exclusivamente, para crianças e adolescentes. Não responde por crime, não responde por nada. Uma coisa que eu acho muito desrespeitoso como o agente socioeducativo é tratado, tinha que ser no mínimo, essa função de segurança, tinha que ser igual as unidades prisionais. Cansei de ver adolescente quando ingressa no sistema prisional aos 18 anos, a gente faz a ficha dele: “Você já passou na Febem”? Já passou cinco vezes, é do crime... Percebem os benefícios em continuar no crime. Eles entram no sistema prisional, é um pouco mais fechado, é, mas tem os benefícios também, entendeu? Então enquanto o preso ver que para ele o crime compensa, vai ter essa... como diz o ditado, o enxuga gelo... a gente tentar prender, mas tem as leis de benefícios que deixa ele ser solto... Com essa pandemia mesmo, esses dias chegou um preso lá... ele veio da polícia federal, buscamos ele lá, ele tinha tráfico de armas, drogas, um preso de alta periculosidade, o advogado dele entrou com mandato de grupo de risco. Diante da pandemia, alegou que o sistema penitenciário não tem suporte nenhum, o juiz foi e deu para ele cumprir a pena em casa... Nunca mais foi visto porque eles sabem que a lei do Brasil é isso... é benefício pro lado errado, infelizmente, o cidadão de bem hoje, ele é o que mais sofre, é o que trabalha, é o que paga imposto, fica refém dos bandidos, fica refém dos políticos, o cidadão de bem é o que mais sofre em todos os sentidos. Deputado, juiz, estão pouco se lixando pra nós... essa é a realidade, eles só veem os benefícios próprios, essa é a realidade. Já temos uma lei que se cumprida é boa... aí vem outra lei, que é a LEP, que libera totalmente o que foi punido, por exemplo, se um preso hoje pegar 300 anos, ele só pode cumprir 40 anos, se ele trabalhar, ele trabalha 3 dias e ganha 1 dia de remição, se ele ler uma quantidade de livros, ele tem remição, se ele estudar, ele ganha remição, então já cansei de ver preso que comete homicídio, que mata, que estupra a filha, uma enteada, pega 30 anos no máximo, ele vai cumprir 8 anos, já vai para o regime aberto e fica em casa... É um ciclo de benefícios para o crime, infelizmente. Não é dentro do sistema prisional que você vai ressocializar, é fora, dando oportunidade, melhorando o ambiente social, é o único jeito que vai resolver. E o crime, querendo ou não, nunca vai acabar. É impossível.

Apêndice E

Policial Penal 5	Estado: DF	Sexo: M	Idade: 37 anos	Tempo de atuação: 3anos	Formação: TI, graduando em Direito
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	-----------------------------------	---

E: Você atuou como Agente Penitenciário?

PP45: Sim, na minha época era agente penitenciário, essa transformação ocorreu no final de 2019, mais precisamente dia 4/12/2019, que foi quando os antigos agentes penitenciários passaram a ter essa nomenclatura de policial penal, e foram inseridos no texto constitucional.

E: Sua primeira graduação é na área de TI?

PP5: Sim, estou estudando Direito e hoje dou aula em disciplinas relacionadas a direito penitenciário e legislação penal especial.

E: O que te levou para a área de Agente Penitenciário?

PP5: Na verdade, sou de Brasília, voltei a morar em Brasília. Desde 2012, passei a estudar para concurso, me graduei justamente para na área de TI porque caí de paraquedas no ministério da Ciência e tecnologia, como tinha que aprender o trabalho, me qualificar, resolvi fazer essa graduação em TI. No momento em que todos meus amigos de infância, em Brasília, viraram policiais, seja como agente penitenciário, policial federal, policial militar principalmente, polícia civil, e eu sempre gostei dessa área de segurança pública, eu venho do esporte do Jiu-Jitsu, então a gente tá sempre em contato com policiais, os policiais treinam bastante também, alguns, né? E outros deveriam treinar e não treinam... (risos). Mas tô sempre em contato com esse público, policiais das mais diversas instituições, e aí foi despertando esse interesse, e como eu já tinha minha graduação no ano de 2012, iniciei a minha pós graduação em Segurança Pública até para abrir minha mente nesse lado, entender um pouco melhor. O que de fato acabou não ajudando muito, porque é pós-graduação, principalmente, dependendo da instituição que você faça não vai te dar uma noção bacana até pelo curto período que é a pós graduação. E aí como eu não era da área, acabei não entendendo muita coisa, mas despertou um interesse de fazer concurso público, no ano de 2012, comecei a estudar, no final de 2012 fui aprovado para agente penitenciário de MG, meu primeiro concurso, me identifiquei bastante, passei em 10o. lugar, e logo em seguida veio agente penitenciário do ES, e também a polícia militar de GO, só que nesse tempo todo eu estudava para a polícia militar do DF, eu sou daqui, queria ficar aqui, e acabou coincidindo que eu passei nesses três concursos aí minha vida em 2013, foi GO polícia militar fazendo as 6 etapas, MG fazendo 6 etapas, e ES fazendo as 6 etapas, eu estava com a cabeça explodindo e agoniado porque ao mesmo tempo eu morava aqui com a minha família, e nesse meio tempo minha mãe faleceu, em 2011, meu pai se mudou e minha irmã também se mudou, então fiquei sozinho, aí eu falei, o primeiro que nomear eu vou embora, tô sem ninguém aqui, então eu fui embora. Hoje até me arrependi de ter feito isso, de ter ido para o ES, porque lá é um local muito complicado, a corrupção no Brasil, em geral é institucionalizada, só que lá nós temos no sistema penitenciário a figura do terceirizado, aquele agente penitenciário contratado temporariamente, infelizmente o texto constitucional permite essas contratações temporárias na área da segurança pública também, entre aspas né, porque hoje não é mais permitido a partir da mudança da polícia penal, mesmo assim os que ainda tinham na época de agente penitenciário permaneceram, até sair a regulamentação dos estados da polícia penal. Mas aí sofri muito com isso, com essas contratações temporárias, eram pessoas que não eram selecionadas, como deveriam ser, enfim era um inferno minha vida nesse cargo no estado do ES. Passei na polícia Civil em 2016, no estado de PE, para agente de polícia civil, fiz as etapas passei pra polícia Civil do Piauí, fiz as etapas também, meu pai está morando lá, fui lá visitá-lo, acabei fazendo a prova, nem ia fazer, mas passei e aí fiquei

lá um tempo fazendo as etapas também. E passei no TRF 4 para segurança judiciária que é a segurança dos magistrados e do próprio tribunal também, das instalações físicas. E aí estou aguardando nomeação que é em Florianópolis. E estou nessa batalha dos concursos, mas a minha atuação profissional hoje na área como professor é na segurança pública, que eu gosto muito, eu amo a segurança pública, mas eu não exercerei mais cargo na segurança pública devido a todos esses problemas, não só esses poucos que eu citei aqui, principalmente em relação a polícia penal, mas em todos os aspectos que digam respeito a área de segurança pública e a polícia propriamente dita que é uma área muito complicada, principalmente nos estados, aqui no DF a gente tem até uma remuneração boa, eles têm uma remuneração boa em todas as áreas, desde a polícia penal, não que haja uma hierarquia, ou um seja melhor que o outro, mas desde a polícia penal até a polícia civil, a remuneração é muito boa, a condição de trabalho é muito boa, o nível intelectual dos policiais também é um pouco mais elevado, não no sentido pessoal, querendo comparar a pessoa que mora em outro estado e o DF, não é isso, é porque a prova aqui realmente é um nível dez vezes acima de qualquer outro estado.

E: Do policial penal ou qualquer área?

PP5: Do policial penal ao policial civil. Um exemplo do policial penal, é que aqui há mais de 10 anos já é exigido nível superior, nos estados é só no Piauí, eu fui professor no curso de formação deles lá dos policiais penais, Piauí, Brasília.... não sei se no Rio de Janeiro, já está nível superior, mas eu acho que sim. Então em regra dois ou três estados mais o DF que exigem nível superior. Os estados mais recentes de 3 a 4 anos pra cá, e o DF há mais de 10 anos.

E: E por que começou a se exigir o ensino superior para o policial penal?

PP5: Essa exigência de nível superior, na minha opinião, ela deve existir não só para a segurança pública mas em todos os outros cargos. Claro que na administração pública em outras carreiras, nós temos aí atividade técnica, por exemplo, por lei apenas o nível médio, mas para a segurança pública esse fato de exigir o nível superior e até prova de títulos que vai passar a ter assim como já tem para delegado, apesar de delegado ser uma carreira jurídica e não policial propriamente dito. Mas os cargos também da segurança pública vão passar a ter provas de títulos e isso é administração pública acertadamente está fazendo isso, está mudando também nos estados, está virando nível superior pra polícia penal também pra melhor selecionar os candidatos ao cargo. Eu principalmente que sou da área da educação, sou professor, eu sempre bato nessa tecla que a educação é o pilar básico principal do convívio em sociedade e claro a administração pública para o servidor também, então quanto mais se exigir mais vamos ter pessoas qualificadas para serem policiais em todas as carreiras da polícia penal, militar, civil. Um exemplo, é que aqui em Brasília a PMDF, ela exige prova de inglês, pra soldado, nível superior há mais de 15 anos e também inglês. Pra você ver o nível, muita gente reclama. Fala, puxa! Mas pra soldado precisa de inglês? Precisa, quanto mais exigir, melhor!

E: Hoje como você vê o papel do policial penal?

PP5: O policial penal, hoje, é um assunto muito amplo porque envolve muita coisa. Mas falando mais resumidamente e especificamente da própria carreira, o policial penal sofre muito como outras categorias profissionais da segurança pública, polícia militar, civil, mas o policial penal ele corre um risco de morte muito maior por estar lá dentro naquele ambiente confinado com aquele público. Que é o público que foi segregado do

convívio social e está lá dentro. Eu toco muito nesse assunto em relação a classificação dos criminosos.... (trava conexão) Eu estava falando da classificação dos criminosos, porque é um público que o policial penal lida hoje, tem que estar lá, no contato diário nos seus plantões. É um público que foi segregado do convívio social, um público que em regra a maioria ali representa um alto risco pra sociedade. Claro que temos uma infinidade de tipos de criminosos que estão lá, temos pessoas que furtaram pra saciar a fome, pequenos furtadores não foi aplicado o princípio da insignificância, estão lá cumprindo pena porque furtaram, um chocolate no mercado, um pedaço de carne. É muito complicado, o público é muito diversificado, mas em regra infelizmente hoje no Brasil nós temos uma estatística muito alta em relação aos reincidentes que são aqueles criminosos que se dedicam realmente a atividade criminosa, eles afrontam o poder público. A maioria sim, hoje podemos afirmar que no Brasil na grande maioria dos estabelecimentos penais de regime fechado, principalmente o público presente lá, são esses criminosos, que a criminologia trata como criminoso inimigo, é um inimigo público, o inimigo do estado ou simplesmente como a gente na sociedade chama de bandido, então

é um público complicado. Tem também nesse fator a covardia numérica porque em regra os presídios, nos estabelecimentos penais hoje no Brasil de grande porte e médio porte, temos em média cerca de 4 a 10 policiais penais por plantão pra tomar conta vigiar o estabelecimento, vigiar e realizar a segurança de presos, nesses estabelecimentos de médio a grande porte, cerca de 120, olha a covardia numérica. Tem todos esses fatores, além da precariedade, eu gosto muito de tocar num outro assunto em relação a carreira de policial penal, porque a sociedade está cansada da impunidade, e nós como cidadãos temos essa tendência de querer, não digo fazer justiça pelas próprias mãos, mas temos aquele desejo de reciprocidade em relação ao crime, ou seja, nós vemos muito na internet, por exemplo, que eu acho um absurdo a pessoa que fala isso... o criminoso está preso porque estuprou, apesar de que o bem tutelar mais valioso ser a vida, pra mulher o estupro seria uma comparação, melhor morrer do que ser estuprada... a gente ve muito na internet, o fulano de tal está preso porque estuprou, tem que pagar a pena dele, mas ai vemos comentários na internet..." tem que pegar esse cara e estuprar ele também, tem que pegar esse cara e queimar ele vivo..." a sociedade está cansada dessa impunidade do pouco tempo de cumprimento de pena, despertando esse sentimento negativo em relação ao criminoso e muitas vezes querendo, desejando o mal maior do que ele mesmo cometeu e está lá segregado da liberdade. Então tem tudo isso envolvido na área do policial penal, além do fato do policial penal ter que ser, das carreiras da segurança pública, ele é o que mais tem que observar o princípio da impessoalidade, porque se ele levar pro lado pessoal, igual vemos acontecer aí em outros cargos, ele acaba fazendo besteira, porque ele vai lidar com esse público. Com estupradores e homicidas, eu mesmo lá no ES, tive uma experiência em relação a isso que o público lá presente na massa carcerária, presos nos estabelecimentos penais, trabalhei em diversos estabelecimentos lá, eles tinham cerca de 20 a 25 anos e tinham

10 a 20 homicídios. É um estado muito violento comparado a outros, pelo fato do intenso tráfico de drogas, lá tem morro, tem tráfico, tem fuzil na mão de bandido. A carreira do policial penal envolve todos esses aspectos e a população não conhece. Hoje é interessante a gente sempre tá falando disso, principalmente eu, as pessoas que têm experiência prática no exercício do cargo de policial penal, seja do antigo agente penitenciário, pra passar essas informações pra sociedade porque é um cargo restrito, você não vê eles na rua, a sociedade não vê eles na rua a não ser que seja uma escolta, e

mesmo assim bem raro. Outro ponto também eles ficam exercendo cargo, na maioria das vezes, ou grande parte do tempo que estão no plantão, dentro dos estabelecimentos. A sociedade não tem acesso aos estabelecimentos penais, eu falo pra todo mundo que apesar de ser um local público, não é comum como o ministério aqui que você vai lá se apresenta, da sua identidade, e entra la e pode circular no ambiente daquele determinado prédio. No sistema prisional isso não acontece, são dias predeterminados pra visita, estudantes, advogados, todos eles tem que ir lá, mas tem que ter um cadastro prévio, toda uma segurança em volta desse acesso. É um local restrito a sociedade não conhece, não conhece a carreira de um policial penal. Sofrem ainda muito preconceito, melhorou agora com a transformação e inclusão na constituição federal, mais precisamente no artigo 144 inciso 6, como já policiais penais, junto das outras demais polícias, outro ponto importante que a gente tem que falar pra sociedade é que apesar de estarem lá os policiais penais federais, estaduais e distritais, no inciso 6, não há hierarquia entre polícia penal e polícia federal, por exemplo, não há hierarquia entre polícia penal e polícia civil, são instituições independentes entre si. A sociedade criou tanto esse preconceito em relação aos agentes penitenciários que até a própria inclusão no artigo 144 no inciso 6, pode trazer essa má lembrança de agentes penitenciários, de carcereiros. Tem todo um histórico envolvido, hoje o policial penal ainda sofre infelizmente esse preconceito, mas está melhorando, vem melhorando porque estão trabalhando de outra forma. Eu falo que os antigos carcereiros, hoje me aborreço com alguns policiais penais que insistem em usar esse termo, “eu sou carcereiro de raiz”, não a nomenclatura do seu cargo é policial penal. Não é carcereiro, não é agente penitenciário, não é outra coisa senão policial penal. A mudança do sistema penitenciário, eu falo pra eles, dou aula em curso de formação, dou aula em pós graduação no DF, falo muito sobre isso, eu abordo o módulo do sistema penal e desafios da polícia penal no curso de pós graduação e segurança pública. A mudança tem que partir de dentro pra fora. Infelizmente esse preconceito vem de décadas, daquele antigo carcereiro, que trabalhava lá no Carandiru, por exemplo. Era um carcereiro que não tinha arma, não tinha fardamento, não tinha toda a estrutura, todo aparato que tem hoje então eram vistos como corruptos, alguns deles, não podemos generalizar, mas havia uma grande corrupção. Há décadas o sistema penitenciário é abandonado, largado pelo poder público, há uma forte e grande omissão estatal em relação ao sistema penitenciário dos estados, não havendo essa omissão em relação ao sistema penitenciário federal, mas em relação aos estados e ao Distrito Federal é uma omissão muito grande. Os presídios brasileiros, os estabelecimentos penais em todos os regimes de cumprimento de pena, principalmente falando do fechado e do semiaberto, são hoje depósitos humanos. Pega, prende e joga la. Claro, tem pagar pelo crime, tem, a pena, tem que ser duro, mas não deve atingir a integridade física e lesionar direitos humanos, a integridade física e a dignidade da pessoa humana, tem que cumprir, mas de uma forma decente, dá o espaço do cara, para dormir, da comida. Não tem que dar TV senão vira hotel também não concordo, no ES não tem TV, não tem rádio, não tem nada, até porque os presídios novos não tem tomada. O absurdo é tão grande que no DF, que deveria ser exemplo, onde o poder está concentrado, a verba da união está no DF, era para ser exemplo, mas lá tem rádio, TV, tomada dentro da cela. Preso pode portar dinheiro em espécie no DF, tem uma certa quantia limitada, mas o preso pode portar dinheiro... Aí num lugar pode, no outro não, os presos falam pra gente: Pô, seu agente não dá mais pra pegar cadeia aqui não, tá difícil, não tem nada.... Por isso eu desisti de

exercer cargos na segurança pública, apesar de ter passado em seis concursos, irão ter novos concursos, eu não quero fazer, eu não quero mais isso. Agora temos o pacote anticrime que prejudicou a prática de crimes e principalmente as organizações criminosas transformou o cumprimento de pena máxima de 30 para 40 anos, que é um grande avanço, quem cometer crime agora, são 40 anos, a pena máxima. Falando dessa época do Carandiru, e eram pessoas contratadas temporariamente, sem concurso público ou policiais civis e militares em desvio de função, como ainda infelizmente ocorre hoje. Temos um problema relacionado à atuação da polícia militar em diversos estados da federação no sistema penitenciário. Eles estão em desvio de função do policiamento ostensivo que já falta muito nas ruas, segurança pra gente, e estão lá exercendo as atribuições como se fossem policiais penais.

E: Quais estados isso ainda ocorre?

PP5: Exemplo, estado do Piauí, que eu estive, dei aula no curso de formação, podemos citar outros estados do nordeste, Ceará, tem a presença da polícia militar, está melhorando agora além da transformação em polícia penal, temos lá o secretário de estado da justiça que é o “Maurão”, ele é policial civil de custódia, muito antigo aqui no DF, dedicou a carreira dele, a vida dele profissional para o sistema penitenciário. Ele saiu daqui como policial civil, que trabalhava no complexo da Papuda aqui em Brasília, se tornou secretário do estado, ele que consertou, entre aspas, na rebelião de Alcaçuz, por exemplo, no RN, e agora está lá exercendo o cargo de secretário no estado do Ceará que também melhorou muito na gestão dele. É um cara que realmente entende demais do sistema prisional, principalmente na parte operacional, fazer funcionar, e bota a mão na massa propriamente dito. Então nós temos o problema da polícia militar em alguns estados, porque estão em desvio de função e isso desvaloriza também o policial penal, a carreira, a categoria de policial penal.

E: Quando você fala dessa categorização do encarcerado, você acha que o policial penal ele conseguiria participar da ressocialização?

PP5: Esse ponto é muito importante, pois o policial penal está diretamente ligado a ressocialização da pessoa presa. Eu até falo em minhas aulas que eu gosto muito de usar esse termo pessoa presa, não só no sentido de querer também mencionar, nos até esquecemos, falamos muito essa palavra no masculino, preso, mas nós temos presas, e muitas... então eu gosto de usar o termo pessoas presas para me referir ao sexo masculino e feminino, além disso pessoas, porque nós também esquecemos que são pessoas, a sociedade tende a marginalizar a etiquetar qualquer criminoso de bandido, e isso não é correto, infelizmente o próprio sistema de justiça criminal também faz isso, desde a prisão da polícia militar, polícia civil, até passar pelo ministério público que eu já vi muitas vezes o próprio ministério público na figura lá do promotor não fazendo essa classificação correta de criminosos principalmente no tribunal do júri também passando pelo poder judiciário, através do processo de julgamento o juízo magistrado geralmente não faz a classificação não leva em consideração, muitos fatores que deveriam ser levados em consideração ao fixar a pena ao criminoso e aqui eu falo no sentido técnico, como falei, a sociedade está tão cansada da impunidade que se a gente tem esse tipo de conversa aqui, quem é de fora já vai pensar poxa estão defendendo bandido, é a frase do ano. E não é isso é uma análise técnica, que não há a classificação correta de criminoso e deveria haver. O policial penal, além de ter esse direto contato com o preso e participar diretamente da ressocialização, ele deve prestar essa atenção, observar essa classificação de criminosos, mas não fazem, a maioria não faz. Eu tenho

colegas que até hoje eu falo e os caras... “Não, tem que se dar mal”, tem que mudar isso aí. Em relação a ressocialização, eu falo que o policial penal está diretamente ligado a ressocialização do criminoso principalmente aquele criminoso primário, que muitas vezes se arrepende da prática criminal e nem vai mais cometer crimes, não vai ser um reincidente do sistema prisional, o policial penal está diretamente ligado e isso se inicia de uma forma simples, através de um processo simples. o processo por exemplo de tratamento interpessoal com o preso, é um direito do preso, por exemplo, ser chamado pelo nome, é um direito trazido no artigo 41 da LEP, o chamamento nominal. O que eu fazia na prática, primeiro que a nomenclatura correta não é preso, é interno, não existe preso, acredito que a palavra interno seja uma palavra menos carregada ou mais leve, nesse sentido em relação a preso, apenado, condenado, termos mais carregados de um histórico negativo, principalmente ao fator de ressocialização e até pelo fato do uniforme do preso está escrito interno, não tem, não existe no Brasil uniforme que venha a nomenclatura preso, condenado, não existe... Então... interno! O que eu fazia na prática, quando eu exercia o cargo e até hoje se voltarmos na ponta do lápis a covardia numérica

é muito grande entre policiais e internos, o que eu fazia, não tem como gravar o nome de todos, impossível, eu falava interno vem cá, perguntava o nome dele, qual seu nome a partir daquele momento que ele fala o nome, ali naquela conversa eu já passava a tratá-lo pelo nome... explicava os motivos daquela ação, daquela movimentação, e aí eu passava a chamá-lo pelo nome. Até porque é uma exigência da LEP da lei 7210 de 1984, muita gente não a observa, é um erro também, esse ponto, muita gente fala: Ah eu não sou babá de preso”. Não você não é babá de preso não, mas você é policial penal e você deve saber que você está diretamente ligado a ressocialização do criminoso, não tem que fazer milagre, não tem que ficar conversando, não tem que ficar dando conselhos, mas você tem que cumprir o que está na previsto na lei, está previsto em tratado internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário e passar a tratá-lo de um modo impessoal, e é um princípio da administração pública, observar o princípio da impessoalidade e passar a tratá-lo de uma forma mais adequada a ressocialização. E como falei, é simples, pelo nome, se você chama o cara pelo nome você já está ajudando.

E: Já é o início de um tratamento humanizado!

PP5: Quando a gente fala em ressocialização, realmente ela não é fornecida da maneira que deveria, por causa da precariedade das instalações dos estabelecimentos penais, a falta de verba pública, por parte da administração pública.

E: O que você acha que deveria acontecer, começar pelo estudo, pelo trabalho, como você vê isso?

PP5 No interior do sistema prisional dos estabelecimentos, tem estudos que apontam isso, a melhor forma de ressocializar, reinseri-los na sociedade, arrependidos da prática criminal, para que não voltem, ou se já foram reincidentes, que largaram ali o crime, a vida criminosa, é através da efetivação do direito ao trabalho e ao estudo. Como a gente vinha falando no início do nosso encontro, o estudo é a base do convívio social, se não tem educação, não tem trabalho, não tem esse senso de empatia pelas pessoas, não tem essa vontade de largar a prática criminosa, então a maior forma de ressocializar um criminoso hoje, principalmente dentro dos estabelecimentos penais é através do trabalho e do estudo. Hoje se fala muito... preso tem que trabalhar... temos aí projetos circulando na câmara, que tornem obrigatório o preso trabalhe para custear a

manutenção dele no sistema prisional. Eu até concordo de certa forma, mas nós temos tanto empecilhos inclusive constitucional, o próprio artigo 5 da Constituição no inciso 47 letra C, ele veta aplicação de pena de trabalhos forçados. Ai eu pergunto pra esse pessoal como é que você vai obrigar o preso trabalhar se a própria Constituição veda. Inclusive isso é um assunto que me irrita tanto, esse negócio de eu ver pessoas que nunca estiveram dentro do estabelecimento penal querer legislar sobre sistema penitenciário, direito penitenciário, principalmente na prática e como a gente vê esses deputados fazendo, só falam besteira, então assim, a LEP no artigo 31 ela traz a obrigatoriedade do trabalho ao preso condenado, aquele que já sofreu uma sentença condenatória transitado e julgado, ou seja, nao tem mais recurso, ele está preso, obrigado ao trabalho de acordo com a LEP, só que olha só o contexto envolvido, a LEP é uma lei de 1984, a nossa Constituição Federal de 1988, ou seja, quatro anos depois da publicação da da LEP, veio a Constituição Federal, como esse artigo 31, ele vai de encontro a Constituição Federal no artigo 5 inciso 47 letra c que veda aplicação de pena de trabalho forçado, como é que vai obrigar o preso a trabalhar? Não tem como! Então as pessoas, de novo, é educação, é falta de estudo, se a pessoa fala que o preso tem que trabalhar mas nunca leu a Constituição Federal, como

é que vai conseguir legislar, que é o caso dos deputados aqui, por exemplo. Não tem como! Então o preso hoje ele não trabalha, em regra, não faz parte da ressocialização para alguns presos, porque primeiro, as vagas de trabalho nos estabelecimentos penais são raríssimas, são poucas, de 1.250 presos... vou chutar alto... 300 trabalham. Porque não tem espaço, não tem estrutura, não tem policial... alguns trabalham mesmo que de forma voluntária, a obrigatoriedade está descartada, não tem como obrigar o preso a trabalhar. São voluntários, e como voluntários quem trabalha os que realmente querem ser ressocializados, saírem de lá pessoas melhores, largar a vida do crime e aprender um ofício, que lá realmente ensina, e outros só estão lá por causa da remição, querem cumprir a pena e voltar para o crime. Tem esses dois aspectos, do lado profissional da ressocialização e o lado da remição, ele só quer remir o cumprimento de pena que resta. Tem esses dois tipos aí de trabalhador dentro dos estabelecimentos penais. Então, não há como obrigar e eu falo, e vou além disso, não haveria como obrigar o preso a trabalhar nos estabelecimentos penais, ou fora deles também, mesmo se aprovarem uma lei que altera o texto constitucional, se a partir de amanhã vem um novo poder constituinte, “o preso está obrigado ao trabalho dentro do estabelecimento penal”, não tem como obrigar a trabalhar. Na prática, não tem como e por vários motivos também. A guerra que ia gerar entre polícia e interno, olha a guerra que ia gerar obrigar o preso a trabalhar, vai chicotear o cara para ele ir trabalhar? Eu fico... como querem falar do assunto sem conhecer? Nunca estiveram lá dentro e querem falar em obrigar o preso... vai obrigar como, vai torturar o preso. É retroceder a época da escravidão, não tem como... tem que criar sanções para isso aí, além das trazidas na LEP, que seria por exemplo, uma falta grave, a desobediência... mas e ai vai fazer outras leis....se o preso se recusar ao trabalho vai ter mais tantos anos na pena deles, será que vai dar certo isso? Não vai! As pessoas não entendem o sistema prisional, inclusive os legisladores, principalmente, deputados, eles falam muita besteira. Hoje nós temos aí uma política mais violenta sem querer entrar em debate político, mas está mais violento sim. Eu não concordo, não sou a favor desse governo e nem também do outro extremo. É um problema complicado, eu sou especialista em segurança pública, sou a favor da posse de arma, que é o direito de ter sua arma na sua casa, ou no seu estabelecimento comercial, tem que ter mesmo, em casa tem que ter. É

um tema muito complexo, mas eu sou a favor da posse de arma e não do porte. Na rua só polícia e infelizmente bandido de maneira ilegal, aí outro ponto que eu falo, desses políticos que temos aí nos representando, postando nas redes sociais incentivando a violência e esse querer armamentista por parte da sociedade, postando vídeos que mostram bandidos no RJ circulando com fuzil e na legenda: “eles podem e a gente não”. O que tem a ver arma ilegal com legal? Eu olho isso e me pergunto o que estão fazendo no legislativo, a arma é ilegal, não é legal na mão de bandido, mas é um problema! Pra gente fechar esse assunto "arma", a arma não traz paz e não traz segurança.

Apêndice F

A gravação do policial penal 6 foi perdida, porém sua fala foi considerada.

Policial Penal 6	Estado: TO	Sexo: M	Idade: 44 anos	Tempo de atuação: 5 anos	Formação: Gestão Ambiental
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	------------------------------------	--------------------------------------

Apêndice G

Policial Penal 7	Estado: RO	Sexo: M	Idade: 35 anos	Tempo de atuação: 4 anos	Formação: Direito
-------------------------	----------------------	-------------------	--------------------------	------------------------------------	-----------------------------

E: O que você poderia me falar sobre a atuação do Policial Penal hoje na sua região?

PP7: A atuação como polícia penal aqui, no momento, está boa, existem as questões que creio que em todo o Brasil seja a mesma, os empecilhos do Estado, dos governos que não querem que se cresça essa nova classe. Essa classe é uma briga muito grande, é muita política.

E: O que você acha que falta o estado fazer?

PP7: Eles tinham que abraçar, como fazem com as outras polícias como a civil e a militar, agora a nova polícia penal, creio eu que deveriam abraçar mais porque é uma classe que vem crescendo bastante, apesar de ser uma das profissões mais antigas, e a segunda profissão mais perigosa do mundo. Então, creio que eles deveriam voltar mais os olhos para nossa categoria, para nossa classe, que é muito discriminada, muito mal falada por corrupção. Existem colegas corruptos por se envolverem com o pessoal do crime dentro da cadeia, então creio eu que tem que valorizar, e tem muitos colegas que não se valorizam, se vendem por pouco. Acaba cedendo pelo salário ser baixo. O nosso salário está em penúltimo do país, mais baixo do país, só ficamos atrás de Cuiabá, se eu não me engano.

E: Você é concursado? Mesmo para agente penitenciário, você fez concurso aí em RO.

PP7: Sim, já teve a época dos emergenciais.

E: Como você se sente dentro desse ambiente? Você falou da corrupção, não sei se na sua região tem as facções criminosas....

PP7: É assim: temos que trabalhar arriscando a própria vida, tem que confiar no colega mesmo sabendo que tem aqueles corruptos ou não tem coragem de agir numa situação crítica, se houver uma rebelião, você sabe o colega que vai te ajudar a agir, sabe quem é o colega que vai travar, em uns que travam.

E: Mas por que travam, não está preparado?

PP7: Isso, preparado. Aqui, o preparo, não sei em outros lugares, eu viajei para Vitória em fevereiro, conheci o pessoal do DOT, conheci o ambiente de trabalho, totalmente diferente, outra realidade. Lá, eles treinam, fazem mergulho, tem canil, outra realidade. Nós aqui só temos curso paralelo, fez academia, o único curso de preparo, e muito raros outros que a escola de secretaria oferece. Nesses cursos é o pessoal do grupamento de ações penitenciárias, o GAP, eles não trabalham dentro da carceragem, são de recaptura, levam para atendimento hospitalar, funeral, escolta de uma unidade para outra. A maioria é mais preparado porque procuram fazer curso, se atualizar dentro do sistema penitenciário.

E: E quem oferece esses cursos é o Estado?

PP7: Isso, e outros, a maioria procura por conta própria se especializar.

E: Que tipo de curso é? Curso de tiro, de segurança pessoal?

PP7: Sim, como é um grupo fechado, a maioria deles faz defesa pessoal, quem entra no grupo é obrigado a entrar numa academia e fazer defesa pessoal. O que a maioria deles faz, sempre mantendo o mesmo padrão.

E: O agente penitenciário não tem isso?

PP7: Não o agente, o carcereiro, o que está dentro da unidade.

E: Vocês usam esse termo aí, de carcereiro?

PP7: Sim, usamos esse termo carcereiro, que é quem está de frente com os bandidos todo o tempo dentro da unidade prisional. Abre cela, bate cadeado, fecha cela, põe preso no sol, tira, tudo somos nós.

E: E as visitas?

PP7: Dentro da unidade onde eu trabalho, é o presídio Urso Branco, o famoso. Agora é unidade provisória, mesmo assim, a cadeia é um ciclo, ela gira, o preso sai e amanhã ele volta. Você sabe que os mesmos presos e novos que vêm chegando.

E: Você consegue diferenciar quem é do crime, o criminoso profissional do que cometeu um crime, por alguma razão você já adentrou no sistema prisional?

PP7: Sim, a gente diferencia muito porque os presos que chegam na nossa unidade não são presos condenados, são presos provisórios. São os que vêm direto da central de polícia, que a PF prende, ficam na nossa unidade. Depois que entram, que são julgados, que são condenados, a nossa unidade despacha para as outras que são cadeias, as casas de detenção.

E: E quanto tempo eles ficam aí?

PP7: Depende da justiça, vai julgar, depois tem recursos, tem vários itens. Aqui, no máximo, podemos ficar com 670 presos na nossa unidade prisional. E: Quantos têm hoje?

PP7: Deve estar em torno de 590 presos. Não sei se você lembra de 2004, da chacina que teve no presídio Urso Branco, foi manchete nacional, dos presos cortarem a cabeça dos outros, a maior guerra de facção dentro da unidade. Teve um acordo com os Direitos Humanos Internacional, a corte determinou que ali só poderia haver 670 presos, porque antigamente tinha 1200, 1400 presos, não suportava, não dava conta.

Quem tomava conta não era nem o agente, era o próprio preso da unidade prisional. Com esse acordo que houve, a polícia tomou conta, era na época que era emergencial, tinha muito emergencial. Depois disso abriu bastante concurso, teve em 2008, 2010, abriram bastante vagas, aí os emergenciais saíram. Nesse último ano a polícia que era guarita, as torres, eram comandadas pela polícia militar do estado.

E: Hoje as guaritas são os agentes que fazem?

PP7: Agora sim, somos nós.

E: O que falta para vocês virarem polícia penal?

PP7: O Estado aprovar, no Estatuto do Estado.

E: E como está?

PP7: Creio eu que provavelmente só para o ano que vem, porque criaram uma comissão que irá analisar as normas e os estatutos para alinhar e quando vir, vem tudo certinho da polícia penal, ne? Para todos os cargos, esse grupo que eles criaram estão estudando agora para ver o que é necessário para aprovar a polícia penal.

E: E vai trazer algum benefício pra vocês?

PP7: Benefício creio eu que seja, já foi pelo deputado aprovado aqui uma que vai ser concurso a nível superior, porque até o momento é nível médio, base do salário que provavelmente o PCCR eles vão aprovar também, sendo aprovado aí sim fica bom.

E: Você diz que terá aumento salarial?

PP7: Isso vai ter aumento salarial, o piso equipara-se com as outras policias.

E: Hoje vocês ganham menos que as outras polícias. Isso bem menos. Nosso salário é baixo.

PP7: Você consegue me falar em termos percentuais, o quanto é mais baixo?

E: Em torno de 75%, 80% a menos.

PP7: E como é hoje, vocês andam armados dentro do sistema e fora tem o porte?

E: Sim, temos o porte, todos tem, nosso porte é nacional, foi uma lei federal que aprovou nosso porte. Nosso porte saiu por uma lei federal, então ele saiu primeiro, o policial militar na época ele só podia usar a arma dentro do nosso estado e nós quando ganhamos, creio eu que foi em 2008, que conseguimos, nosso porte era nacional, podia andar no país todo com a arma. A polícia foi correu atrás e equipararam e aprovaram a mesma lei para eles, o porte nacional.

E: E como você se sente dentro do estabelecimento penal?

PP7: Eu não me sinto seguro, é perigoso para todos, creio eu que em todo país, em todos os lugares do mundo que você lida com pessoas que cometeram um crime e são crimes que às vezes são crimes bárbaros, pessoas que são envolvidas com as facções, eles não tem amor pela vida, então se não tem amor pela vida deles, não terão pela nossa. Minha cidade é pequena, todos se conhecem, tenho bastante colegas presos, vizinhos do bairro onde moro, que eu conheço que estão presos, colegas da época de escola, presos. Eu tenho respeito pela pessoa, por já ter convivido com ela no passado, estudei junto, conheço do bairro, mas dentro da unidade, tenho o meu respeito, cada um procurou o seu rumo. Vou tratar normal, vou conversar, não vou virar a cara porque sou o policial penal. Dentro da medida do possível que você pode ajudar uma pessoa, você ajuda. Eu sempre fui orientado, meu pai é militar da reserva, aposentado, meu irmão é militar e minha irmã é bombeira militar e eu sou policial penal.

E: Por isso que você ingressou na área, a família é da área?

PP7: A família é da área, meu pai passou por todo o sistema, ele foi policial militar, em 98 o bombeiro se desvinculou da polícia militar, ai ele foi para o corpo de bombeiros, se aposentou em 2002, e trabalhou ainda 13 anos no sistema prisional. Ele passou na polícia, no bombeiro e no sistema prisional. E por onde ele passou ele deixou um filho. Ele tem um filho polícia militar, uma filha bombeiro militar e eu que sou agente penitenciário, policial penal, estamos brigando aí...

E: E como você vê sua carreira no futuro?

PP7: Estamos estudando para ver se muda de profissão, a profissão não é das melhores, o salário também não, procuro sempre estar estudando, se aperfeiçoando, procurando novos caminhos, então assim se dependendo da situação da equiparação de salário, eu pretendo seguir a carreira, mesmo, porque se equiparar a gente tem uma folga boa, você trabalha e tem sua recompensa. Não sei onde a gente vai encontrar outro lugar que trabalhe e seja bem remunerado, apesar dos riscos que corremos.

E: Você recebe ameaças?

PP7: Sim, sim... Já recebi. É da profissão.

E: Você não tem medo?

PP7: Medo eu tenho. Converso com minha esposa, com meus filhos, falo caso venha acontecer algo e vocês estiverem próximos... a gente nunca vai saber, o bandido é um bicho traiçoeiro, ele sempre vai te pegar na traição, então eu falo para meus filhos, se eles estiverem perto eu vou me render sempre, não vou lutar com minha família por perto. Corre o risco de atingi-los. Tudo eu estudo o que faço e sempre repasso para eles, um bandido vir para me matar, me roubar e se eu estiver com minha família junto, eu não vou dar uma de herói, prefiro eu do que eles, eu me rendo, me entrego, se for para ser vai ser, se eles quiserem me matar. Agora se for só para me roubar me dar uma “peia”, me bater me deixar ali espancado e ir embora, minha família vai ver isso, vai sofrer, vai ter aquele trauma de ver o pai sofrendo, agora se eu estiver só, aí é outros 500, procuro sempre fazer treinamento, me aperfeiçoar, em caso de um sinistro acontecer eu estar preparado para o que vier.

E: É um treinamento que você paga do seu bolso?

PP7: Isso do meu bolso. Particular, você sempre vai procurando se aperfeiçoar.

E: E como sua família reage quando você os orienta, caso você sofra uma violência?

PP7: Eles dizem que eu sou policial que eu preciso prender o bandidos. É porque eles são muito novos, 7 anos e 11 anos. Eu ensino, deixo minha arma amostra, ensino que não pode mexer, eles têm uma noção. Eu desmunicio a arma, mostro pra eles. Digo que não pode mexer, mas eu mato a curiosidade deles, caso aconteça alguma coisa, eles saberem o que fazer também. A minha arma, meu filho de 11 anos, ele pega ela pra mim. Ele já sabe pegar, sabe como entregar uma arma na minha mão. Dependendo do sinistro, vamos supor, que acontece alguma coisa, o bandido atira em mim eu caia, a arma caiu longe, meu filho já vai ter uma noção do que fazer. Ele vai conseguir pegar a arma, vai saber que não pode apertar no gatilho quando pega na arma, ele pega a arma e pode trazer até mim que eu vou estar baleado no chão, um exemplo, são coisas que você precisa ensinar para os filhos. Tem muitos filhos que têm curiosidade em ver a arma do pai, e o pai não deixa, onde acontece as tragédias dentro de casa. Muitos desses incidentes acontecem dentro de casa são curiosidade, onde a pessoa não tem o conhecimento daquilo. Você tem que passar o conhecimento pra matar a curiosidade.

E: Quando você citou os seus colegas, que estão ali dentro, você acha que eles tiveram oportunidade de não entrar para o crime? Por que você escolheu outro caminho, e eles não, foi falta de oportunidade, estrutura familiar?

PP7: Nós estudamos todos na mesma escola, tivemos o mesmo convívio, a maioria, tivemos o mesmo ciclo de educação. Aquele velho ditado, escolheu pelo caminho errado, tem dois caminhos, meu pai conversava comigo, sempre tivemos reunião de família, tenho dois caminhos o certo e o errado, ele me ensinou ir para o certo, se eu quiser vou para o errado, então eu creio que eles escolheram a vida mais fácil. Depois que você cresce, amadurece, vai vendo que a vida não é tão fácil quando jovem, porque tinha papai e mamãe para fazer tudo por você. Quando vai apertando e eles vão vendo que a vida não é daquele jeito eles querem uma vida mais fácil, o traficante, o boqueiro, o vagabundo, vai falar: Tem um esquema mais fácil ali, se tu quiser eu te mostro, vamos lá... Aí, o cara vai, vendo isso que aqui que vai ganhar tanto, entendeu? Creio eu que eles escolheram.

E: E você acredita que eles possam sair dessa vida? Por meio de um trabalho de ressocialização?

PP7: Muitos deles eu acredito que não, dos que eu conheço acredito que não, porque já tiveram oportunidades. Não foi pouco não.

E: Que tipo de oportunidade?

PP7: De sair, a gente brinca aqui, que “bicho de sorte é malandro”, porque nunca vi tantas vezes o cara ser preso e sair no outro dia. O cara é preso num dia e no outro sai, então a gente preza muito por esse lado, tem esse ditado aqui no nosso estado que a gente fala, “bicho de sorte é malandro”, porque vai ser preso e sai, toda vez consegue sair. Se fosse um pai de família preso porque roubou uma galinha para comer, roubou um pacote de macarrão, fez um crime que não é tão bárbaro, tão inconsequente, você ia ficar preso, não ia sair tão fácil como eles saem.

E: Tem algum tipo de trabalho de ressocialização na sua unidade?

PP7: Na minha unidade não porque é provisório. Na minha unidade chegou da rua preso, ou o juiz dá o alvará pra ele voltar pra rua de novo, ou condena pra gente mandar pra outras unidades prisionais, o nosso é só um ciclo, um meio de manter eles ali, pra depois distribuir conforme o crime ou depois ser liberado.

E: Na sua região tem trabalho de ressocialização?

PP7: Aqui no estado tem vários, tem a fazenda Futuro que é um local onde os presos plantam, trabalham na horta, essa é a fazenda Futuro. Tem o Acuda, é onde os presos vão trabalhar, existem vários tipos de serviços, oficina de moto, carro, fazem artesanatos, aprendem a fazer massagem, tem vários cursos. O Acuda é até interessante, porque ele é uma ressocialização coordenada por presos. Que já passaram pelo sistema, eles são ressocializados e ressocializam os outros presos. E dentro das unidades prisionais também tem que é o que a LEP dá o direito, que é a leitura, depois faz a resenha da leitura, pra remiar a pena, fazer tapete dentro das unidades prisionais.

E: E você acha que o policial penal tem algum papel dentro dessa ressocialização?

PP7: Sim. pode, eu creio. Conforme esses presos vão trabalhando e vão remindo suas penas, mas o policial penal que está ali acompanhando que é o que fica no setor de fiscalizar, no setor de reeducandos, eles sabem quem quer e quem não quer. Tem muito reeducando que vai só para sair mesmo, eles não querem cumprir o dever, faz por fazer, para estar fora da cela. Não é feito dentro da cela, tem um lugar específico, e tem áreas que o apenado é concedido a sair para ir fazer serviço na rua, sob escolta do policial

penal, existem áreas que são assim. Tem muito apenado que você vê que não quer. São poucos os que querem. Eu mesmo trabalhei num setor de classificação de reeducando que foram trabalhar nesse setor e via, sabia quem queria e quem não queria.

E: E você, enquanto policial, pode ajudar?

PP7: Sim, tem um apenado que eu conheci, ele é de MT, foi preso aqui com drogas, caminhoneiro, pegaram com droga na carreta. Ele me contou a vida dele, disse que a vida não era fácil, a entregas de carreta não tava dando de manter a família. A veio a tal da oportunidade dele transportar, fez a primeira, fez a segunda, a terceira deu certo, numa certa vez ele caiu, a PRF prendeu ele já aqui no nosso estado. Você via que ele não era um bandido, um criminoso. Ele cometeu o ato se aproveitando da oportunidade financeira que ia melhorar para ele, 15.000, 20.000, pra você levar lá para RO, pra levar para SP, valores, dependendo do lugar tem valores fixados. Ele trabalhou comigo nessa área de reeducando, pra cumprir a pena, para sair em liberdade. Hoje tenho contato com ele, ele agradece, uma pessoa normal, falo com ele, tenho ele na rede social, tem meu WhatsApp, manda um alô. São pessoas que você sabe que queria ver a família dele. Falou que não ia mais cometer o crime. Eu sempre conversava, isso são coisas que vocês tem que colocar na cabeça de vocês, o crime, só tem dois sentidos na vida, ou é o cemitério ou é a cadeia. Ele falava não Sr. eu vou fazer o certo. Ele trabalhou, ele era mecânico também de caçamba de trator, a gente conseguiu aqui uma vaga para ele no setor de mecânica. Ele foi trabalhar, cumpriu a pena dele, pegou a torção, depois só assinando, porque o preso depois que tira a torção ele assina. Ele foi para a cidade dele para assinar lá, hoje tá com a família dele, está bem tranquilo. Esses dia deu um alô pra mim, agradecei, ele falou na rede social, “parabéns pela sua família chefe”, ele me chamava de chefe. É gratificante você ver que tem pessoas que não queria aquela vida, aconteceu pela oportunidade financeira, teve uma oportunidade de aumentar o financeiro dele, só que deu errado, era um cara que você via que era trabalhador e deu errado. Tem um outro aqui que era do AC, a primeira vez que ele foi fazer, ele nem conseguiu fazer, já foi preso, um senhor. Eu trabalhei com ele também, foi outro que teve a oportunidade, ele sempre me agradece. Eu mantenho contato com essas pessoas. Agora aqueles que não querem, não tem como manter, você põe em risco a sua própria vida. É complicado.

E: Tem alguma coisa que você gostaria de falar, que acha importante falar sobre sua profissão?

PP7: Eu acho assim... não conheço em outros lugares, conheci uma unidade em Vitória-ES. Eu acho que o governo tinha que dar mais valor porque um certo dia eu escutei assim de um policial militar das operações especiais daqui do nosso estado, da elite do nosso estado, aquela polícia que trabalha com sequestro, do BOPE, escutei assim: “Cara, essa profissão de vocês é uma profissão muito desvalorizada, vocês deviam ser mais valorizados. Porque a gente só prende e joga lá, quem cuida da escória da sociedade são vocês. Quem batalha todo dia são vocês, então você escutar de um policial que conhece a realidade... é complicado. O nosso governador, hoje, ele era secretário da nossa SEJUS, da nossa secretaria, ele saiu de secretário para ser governador, e não nos valoriza como merecemos. Ele valoriza mais o preso do que nós, o preso tem mais importância para ele do que nós. Aí, é uma coisa triste porque você briga, defende uma coisa que é para o Estado, não é pra você. Você está ali mantendo, evita fuga, evita rebelião, evita morte dentro das celas, evita que pessoas arremessem ilícitos pra dentro da unidade, evita que próprios colegas tragam ilícito pra dentro da

unidade, evita mil e uma coisas, mas não é valorizado do jeito que merece. Para o Estado, você é apenas mais um, se você morrer, se uma facção mandar matar, amanhã tem mais cem pra entrar no seu lugar, é difícil!

E: Hoje sua renda é mais do policial penal ou tem outras rendas?

PP7: Tenho outras rendas, conto com a renda da minha esposa, ela trabalha; a minha renda do policial penal é para as contas fixas. Eu digo, a gente tem que fazer de tudo um pouco, senão a gente morre de fome. Eu sempre faço um bico, arrumo celular, faço Uber, trabalho de moto de entrega, faço de tudo um pouco, vou na faculdade. Para complementar a renda, a esposa ajuda bastante. A renda do policial é para as contas fixas, energia, água, etc. Precisamos que seja aprovado nosso estatuto do Estado, vai ser uma briga para o reajuste salarial. Aqui na minha região cresceu de uma hora pra outra esse negócio de facção, fizeram umas moradias num bairro mais afastado. Cresceu muito rápido, virou uma zona de confronto entre facções de ver crimes bárbaros mesmo, que na nossa cidade você não via antes. É assustador, estarrecedor, menina mata outra porque é de facção rival, homem degola outro da facção rival, brigas entre facções.

E: Você acha que isso é efeito da pobreza?

PP7: Mas aqui é uma situação, aqui não tem a situação igual a SP, RJ. Aqui tem a pobreza, mas não é tanto. Aqui, a terra é fértil, lugar bom de você ter as coisas, quer crescer na vida? Aqui é o lugar. Você tem trabalho, apesar que está crescendo e o cerco vai se fechando, mas aqui você ainda consegue crescer na vida. Não é igual "vou sair daqui e trabalhar em SP, RJ, procurar emprego", não é igual aqui. Aqui é cidade pequena ainda, em 10 minutos, você está em qualquer lugar. Eu tenho um irmão que mora no RJ, pra gente sair e ir para o aeroporto, ele mora em Recreio, local nobre, você sai de lá para ir no aeroporto, são duas horas. Quando eu estive em SP, a gente tem que sair duas horas antes pra poder chegar no aeroporto. Aqui não, você sai faltando 10 minutos de casa, você chega no aeroporto, é pequeno. Mesmo que você more no lugar mais distante é 15, 20 minutos para chegar no aeroporto. Eu analiso por locais, aqui é cidade pequena, então não está no nível que é SP e RJ, mas as organizações criminosas já se equiparam. Hoje em dia aqui, você vê que já está igual a SP, RJ, cresceu muito rápido, a molecada se envolveu rápido, você vê pessoas se envolvendo muito rápido no crime. Então, se não conter agora, daqui uns 15 anos tá tomada a cidade. Aqui, ainda, a polícia conforme ouve os crimes degradantes que teve, a polícia agiu, mostrou pra que está aqui e pontuou, mostrou para a população e para os criminosos que existe ainda uma ordem no Estado. Foi uma ação conjunta da polícia militar, civil e penal, houve uma ação conjunta. Nessa moradia que te falei, a polícia foi lá, mostrou como que é, não é do jeito que eles querem. Então, ainda tem o controle aqui, a polícia tem o controle, não é como no RJ, que a polícia não tem controle, não consegue, chega e acaba, põe todo mundo na cadeia. Não. Lá é mais difícil porque lá tem a facção. É maior, fora os policiais corruptos envolvidos, você perde uma parte deles para o crime. Creio eu que em SP, nas cidades grandes, seja tudo assim, né? Eu falo para meus colegas, o corrupto tem aqui, tem na polícia da rua, tem no senado, em todo lugar tem o corrupto. Sempre tem um jeitinho. Desenrola meu lado, toma aqui...

não adianta só julgar o policial penal porque ele está com o bandido preso e, se levar um tabaco, uma droga, um celular para dentro da cadeia, você leva arma, põe a vida de todo mundo em risco por causa de dinheiro. Depois que você faz isso para o bandido, você tá na mão deles, um espalha e todos vão querer que você faça, não importa a unidade que você passa. Tem um telefone sem fio da cadeia, um vai espalhando para o outro. É

complicado! Creio seguir sempre na minha linha de raciocínio, nunca precisar desviar meu caminho, honrar o nome que meu pai deixou, o nosso nome de guerra, de todos. Então, assim, procuro sempre guiar meu caminho. Esse caminho não posso desviar, não posso desonrar meu pai e minha família.

E: Isso é um valor que seu pai te passou, né?

PP7: Sim, tem muitos colegas que eu falo que, a maioria deles, 20 a 30%, são filhos de militares que estão presos. Só que se envolveram com drogas e bebida, tudo vai facilitando para... O bandido não quer uma pessoa que é firme e forte, ele quer uma pessoa que está na recaída, esse aí é fácil de eu puxar pra cá, então é isso que acontece. Eu nunca bebi, nunca fumei, não tenho esses vícios, mas eu sempre andei com pessoal que bebia, que fumava, mas mantendo o respeito. Você faz suas coisas pra lá, cada um assume seu B.O. Cada um tem sua responsabilidade, o velho ditado, cada um responde pelo seu CPF.

Apêndice H

Mapa mental realizado no início da pesquisa, onde se constatou a necessidade de estudar sobre o antigo agente penitenciário, hoje o policial penal.

<https://www.mindmeister.com/1523590289>